

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA RITA SERRANO

**Disparidades Regionais do ABC: os limites do desenvolvimento
em Rio Grande da Serra.**

São Caetano do Sul

2010

MARIA RITA SERRANO

**Disparidades Regionais do ABC: os limites do desenvolvimento em
Rio Grande da Serra.**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações.

Orientador: Professor Doutor Luis Paulo Bresciani.

São Caetano do Sul

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Serrano, Maria Rita

Disparidades Regionais no ABC: Os limites do desenvolvimento em Rio Grande da Serra/ Maria Rita Serrano – São Caetano do Sul: USCS/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2010.

Xii, 99 f. : il.; 31cm

Orientador: Luis Paulo Bresciani

Dissertação (mestrado) – USCS/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/ programa de Mestrado em Administração, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 87-91

I. Disparidades regionais 2. Desenvolvimento Regional. 3. Desenvolvimento da região do Grande ABC. 3. Formação do município de Rio Grande da Serra. 1. Bresciani, Luis Paulo.

II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, programa de Mestrado em Administração.

III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – USCS

CAMPUS II - Rua Santo Antônio, 50 Centro – São Caetano do Sul – SP

REITOR

Prof. Dr. Sílvio Augusto Mincioti

PRÓ- REITOR DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr Eduardo de Camargo Oliva

COORDENADOR DO PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr Mauro Neves Garcia

Dissertação defendida e aprovada em 28 / 05 / 2010 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr Luis Paulo Bresciani – USCS

(Orientador)

Prof. Dr Leonel Mazzali - USCS

Profa. Dra Nadia Somekh - Universidade Mackenzie

DEDICATÓRIA.

Dedico esse trabalho aos amigos e a população de Rio Grande da Serra, que me ensinaram a valorizar a simplicidade da vida. Com eles aprendi a ser uma pessoa melhor e a ter convicção de que precisamos lutar por um mundo mais justo, onde a exclusão social não prevaleça como em Rio Grande da Serra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a meu marido e minha filha que me ajudaram nos estudos, durante as dificuldades da gestação e nesses primeiros meses do bebê.

Agradeço a todos que concederam entrevistas para esse trabalho, sem eles não seria possível terminar a dissertação.

Agradeço também aos professores do mestrado, em especial ao meu orientador professor Luis Paulo Bresciani, ao professor Leonel Mazzali e a professora convidada para minha banca, Nadia Someck.

Agradeço aos funcionários da Universidade, em especial a equipe do mestrado, pela atenção e dedicação.

Agradeço as amigas Maria Aparecida de Carvalho, formada mestre por esse curso, que me auxiliou nas dificuldades com a estatística, e a Daiane que me ajudou com as entrevistas.

Agradeço aos colegas do curso, aprendi muito com todos eles.

Por fim, acredito que na nossa caminhada de vida, somos influenciados o tempo todo por muitas pessoas e, por essa razão, esse trabalho é fruto coletivo de muitos anseios e esperanças.

A pedra

O distraído nela tropeçou

O bruto a usou como projétil,

O empreendedor, usando-a, construiu,

O camponês, cansado da lida, dela fez assento,

Para as crianças foi brinquedo,

Drummond a poetizou,

Com ela Davi matou Golias,

O artista fez dela a mais bela escultura...

Em todos os casos, a diferença não era a pedra, MAS SIM O HOMEM.

(autor desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho busca contribuir para o entendimento dos motivos que promoveram o crescimento desigual do Município de Rio Grande da Serra, quando comparado a outros Municípios da Região do Grande ABC. É efetuado o resgate histórico de fatores que determinaram tanto os limites geográficos quanto o desenvolvimento social, político e econômico da Região. Por meio de indicadores socioeconômicos, bem como índices de desenvolvimento humano, busca-se entender o porquê do crescimento populacional não acompanhar o crescimento econômico, mesmo diante de renovados esforços para que isto se concretizasse. Por fim, nos resta ratificar a existência de desigualdades na referida região, ressaltando, contudo, o potencial do Município para entrar de forma definitiva na rota do crescimento. O que falta, conforme demonstrado na conclusão do trabalho, é uma visão mais abrangente de futuro e ousadia do poder público para que isto ocorra.

ABSTRACT

This paper seeks to contribute to the understanding of the reasons that promoted the unbalanced growth of the municipality of Rio Grande da Serra, when compared to other municipalities of the ABC Region. It made the rescue of historical factors that determined both the geographical boundaries as social, political and economic region. Through socio-economic indicators and human development indices, we seek to understand why the population growth does not follow economic growth, even in the face of renewed efforts to bring this to fruition. Finally, we are left to confirm the existence of inequities in this region, stressing, however, the potential to enter the city permanently in the path of growth. What is lacking, as demonstrated in this work, is a broad vision for the future from the public management, as well as the commitment to make this happen.

SUMÁRIO

GLOSSARIO DAS SIGAS.....	13
LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS.....	14
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	15
1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. ORIGEM DA PESQUISA.....	16
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.3. OBJETIVOS.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2. Objetivos específicos.....	17
1.4. JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	18
2. REFERENCIAL CONCEITUAL.....	19
2.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	19
2.1.1 Desenvolvimento sustentável.....	22
2.2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	24
2.2.1. Região e espaço urbano.....	24
2.2.2. Iniciativas de desenvolvimento local.....	25
2.3. O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ABC.....	28
2.3.1. A região do ABC e os mananciais.....	32
2.3.1.1. Represa Billings.....	34
2.3.2. Fóruns regionais.....	36
3. METODOLOGIA.....	43
3.1. TIPO DE PESQUISA.....	43
3.2. SUJEITOS DA PESQUISA.....	44
3.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	45

3.3.1. Formulário para a coleta de dados.....	45
3.4. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS.....	46
3.5. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
4. A CIDADE DE RIO GRANDE DA SERRA.....	48
4.1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	48
4.2. DE JERIBATIBA A RIO GRANDE DA SERRA.....	48
4.3. CONSTRUÇÃO DA FERROVIA “THE SÃO PAULO RAILWAY (SPR)”.	50
4.4.1. A estação ferroviária de Rio Grande da Serra.....	52
4.5. A FORMAÇÃO DA REPRESA BILLINGS E AS CONSEQUENCIAS PARA RIO GRANDE DA SERRA.....	52
4.6. RIO GRANDE: 100% DE ÁREA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIASIS....	54
4.7. EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	55
4.8. UM PONTO DE LITIGIO: A FÁBRICA DA ELETROCLORO (ATUAL SOLVAY).....	57
4.8.1. Origem da Solvay e criação do corredor polonês.....	58
4.9. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	60
4.9.1. Indicadores de desenvolvimento.....	60
4.9.2.Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	61
4.9.3. Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM).....	62
4.9.4. Demografia.....	64
4.9.5. Moradia.....	67
4.9.6. Educação.....	68
4.9.7. Trabalho.....	70
4.9.8. Mortalidade infantil.....	71
4.9.9. Dados econômicos.....	74

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	78
5.1. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA CIDADE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS E AS CAUSAS DA FRAGILIDADE LOCAL E DAS DISPARIDADES REGIONAIS.....	78
5.2. AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO LOCAL QUE PROPICIAM O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....	80
5.3. COMO AS INSTITUIÇÕES E EMPRESAS TÊM ATUADO PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DA CIDADE?.....	81
5.4. PROJETOS E AÇÕES REALIZADOS PELOS FÓRUMS REGIONAIS COM O OBJETIVO DE FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE RIO GRANDE DA SERRA.....	82
5.5. É POSSÍVEL CONCILIAR DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE EM RIO GRANDE DA SERRA?.....	83
5.6. PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA CIDADE.....	84
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
ANEXOS.....	92

GLOSSARIO DAS SIGLAS

ADE	Agência de Desenvolvimento Econômico
APL	Arranjo Produtivo Local
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CEPAM	Fundação Prefeito Faria Lima
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIAP	Centro Integrado de Apoio Profissional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GABC	, Grande ABC
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1. Mapa da região do ABC.....	28
Figura 2. Bacia Hidrográfica da Billings.....	35
Figura 3. Localização de Rio Grande da Serra.....	48
Figura 4. Mapa de Santo André.....	59
Gráfico 1. Taxa geométrica de crescimento anual da população do Estado de São Paulo e municípios da região do ABC. Período 2000/2010.....	66
Gráfico 2. Evolução das taxas de mortalidade infantil das regiões do Brasil. Período 1990/2007.....	72
Gráfico 3. Taxa de mortalidade infantil 2008.....	73

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento após 1950.....	21
Quadro 2. Bases de Sustentação das Iniciativas de Desenvolvimento local.....	26
Quadro 3. Principais Ações Regionais (1999 – 2008).....	39
Quadro 4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – região ABC – 2000.....	62
Quadro 5. Taxas de Analfabetismo (população a partir de 15 anos de idade) dos Municípios da região do Grande ABC.....	69
Quadro 6. Renda per capita (em salários mínimos do Estado de São Paulo e dos Municípios do ABC. Dados de 2000.....	77
Tabela 1. Produto Interno Bruto – PIB (Valor nominal em milhões de reais).....	29
Tabela 2. População residente – estado de São Paulo e região do ABC – Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 – IBGE.....	30
Tabela 3. Área de proteção ambiental do grande ABC.....	32
Tabela 4. IFDM da região do Grande ABC – 2005 e 2006.....	63
Tabela 5. Classificação nacional do IFDM dos Municípios do Grande ABC.....	64
Tabela 6. Distribuição da área e população dos Municípios do Grande ABC.....	65
Tabela 7. Densidade demográfica dos Municípios do Grande ABC – 2010.....	66
Tabela 8. Domicílios particulares permanentes, segundo as condições de Moradia: estado de São Paulo, região do grande ABC e São Caetano do Sul – Censo 2000.....	68
Tabela 9. População economicamente ativa (%) nos Municípios da região do Grande ABC – Censo 2000.....	70
Tabela 10. Produto Interno Bruto total e per capita a preços correntes. 2007.....	75
Tabela 11. Comparativo do PIB do Grande ABC – 2003, 2004, 2006 e 2007.....	76
Tabela 12. População residente no estado de São Paulo, região do Grande ABC e Rio Grande da Serra – 1970, 1980, 1991 e 2000.....	79

1. INTRODUÇÃO

1.1. ORIGEM DA PESQUISA

O presente trabalho é motivado pela experiência da pesquisadora, que morou durante anos na cidade de Rio Grande da Serra, sendo eleita vice-prefeita para o período de 2001 a 2004, quando então ocupou a Secretaria de Ação Social e foi desafiada a lidar com as dificuldades inerentes a falta de desenvolvimento socioeconômico da cidade, tais como: escassez de recursos financeiros, população desempregada e com baixa qualificação, além das condições precárias de moradia.

Como parte de sua experiência, em 2007 lançou o livro “O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra”, fruto do trabalho de conclusão do curso de graduação em História. O livro ganhou destaque por ser a primeira publicação sobre a cidade, e a dissertação de mestrado é continuidade dessa pesquisa.

Rio Grande da Serra foi a última cidade da região do Grande ABC a se emancipar. Hoje com quase 40 mil habitantes, é a “prima pobre do ABC”. Caracterizada como cidade dormitório, apresenta os piores indicadores socioeconômicos da região.

Indicar as possíveis razões que expliquem essa situação e apontar quais poderiam ser suas respectivas soluções são os pontos que norteiam esta pesquisa, entendendo que ela não se esgota em si mesma, mas cumpre a tarefa de pautar a cidade nas discussões que envolvem as demandas regionais e mostrar as grandes disparidades entre os Municípios da região.

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

A região do Grande ABC é conhecida pelo processo de industrialização, que foi fortemente influenciado pela instalação das grandes montadoras de veículos. No início da década de 1990, a região entrou em crise com a diminuição da produção industrial e, em consequência, ocorreu uma séria retração na economia, o que favoreceu as áreas de serviços e de comércio que vêm ganhando notoriedade desde então, sendo que na atualidade, o ABC se constitui na 4ª região mais rica do Brasil, ficando atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro

e Brasília. São mais de 2,6 milhões de habitantes, distribuídos entre as sete cidades da região, que têm organismos institucionais, como o Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento, criados com o objetivo de articular as políticas de desenvolvimento regional. Mas, por trás dessa imagem bem construída e aparente homogeneização, existem diferenças marcantes no desenvolvimento socioeconômico das cidades. São Caetano do Sul, por exemplo, ocupa o 1º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, enquanto Rio Grande da Serra, está na 437ª posição.

Essa disparidade constitui-se no pano de fundo da presente pesquisa, na qual busca-se responder à seguinte questão:

De que o modo à formação histórica, do Município de Rio Grande da Serra foi determinante para a limitação do seu desenvolvimento socioeconômico frente ao processo verificado na região do Grande ABC?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo geral

No plano geral, o objetivo do estudo foi o de resgatar, no contexto do processo de formação do Município de Rio Grande da Serra, os fatores determinantes para as limitações do seu desenvolvimento frente ao processo verificado na região do Grande ABC. Nesse sentido, a proposta está vinculada à linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade, dado o enfoque nas alternativas para o desenvolvimento socioeconômico da região do Grande ABC, a partir da visão e atuação dos atores sociais e das instituições regionais relevantes ao tema.

1.3.2. Objetivos específicos

Já no plano específico, foi percorrido um duplo caminho:

- De forma secundária, verificou-se de que maneira os organismos regionais (Consortio Intermunicipal, Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico) têm atuado, ou não, para fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável de Rio Grande da Serra.
- Através dos micro-dados do Censo de 2000, obtidos por meio do banco multidimensional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de consulta a dados provenientes das Estatísticas de Registro Civil (IBGE), aos Indicadores Econômicos e de Saúde (Fundação Seade e da Firjan) e ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, pretende-se mostrar as disparidades no desenvolvimento socioeconômico das cidades que formam o ABC.

1.4. JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa visa contribuir para a melhor compreensão do processo de desenvolvimento de Rio Grande da Serra no contexto regional, bem como para uma análise crítica e recomendações voltadas a melhorar a integração entre as cidades, respeitando suas especificidades, valorizando o meio ambiente e diminuindo as diferenças econômicas e sociais.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

2.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Até meados dos anos 1970, o desenvolvimento se identificava com o progresso material, sendo sinônimo de crescimento econômico. Veiga (2006) afirma que até o início dos anos 1960, não se tinha a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que haviam se tornadas ricas com a industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram aqueles nos quais o processo de industrialização era incipiente ou inexistente, perpetuando um estado de pobreza.

Em 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) produziu o primeiro relatório do Desenvolvimento Humano (ONU), e o crescimento da economia passou a ser entendido por muitos analistas como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios. Ficou patente, enfim, que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não seriam somente os da dinâmica econômica. A luz desse novo paradigma do desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) começou a divulgar o relatório sobre o desenvolvimento humano das nações, que utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador para as questões de longevidade, educação e renda da população.

A partir dos anos de 1970, o termo desenvolvimento torna-se objeto de debate novamente, e muitos dos autores passam a questionar a idéia de que o desenvolvimento possa ser medido apenas pelo nível e variação do Produto Interno Bruto (PIB), ou mesmo do PIB per capita.

Por conseguinte, o crescimento econômico passava a ser entendido como mudança quantitativa, enquanto o desenvolvimento como mudança qualitativa: é o ser humano e a natureza tendo espaço garantido no debate dos rumos das nações. O mercado não é e não pode ser a única instituição a ditar as regras do desenvolvimento. Esse é o espírito do debate travado nas últimas duas décadas por autores como Sachs (1995), Furtado (1974), Sen (1999) e Veiga (2006).

Para Amartya Sen (1999), a prosperidade econômica não leva, necessariamente, ao enriquecimento da vida; ele apóia tal ponto de vista citando o exemplo de países com elevados índices de Produto Interno Bruto e baixos indicadores de qualidade de vida. Para o autor, o desenvolvimento deve ser definido em relação ao que as pessoas podem e devem ser e fazer efetivamente. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável e socialmente justo se apoiaria em três fatores; economia, saúde e educação.

Singer (1977), por sua vez, vê o crescimento como um processo de expansão quantitativa, geralmente observado em sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformação qualitativa dos sistemas econômicos que prevalecem nos países desenvolvidos. Assim, para ele o desenvolvimento é um processo de passagem de um sistema para outro.

A tomada de consciência de que os recursos naturais são finitos, vem fazendo com que toda a sociedade se preocupe com o futuro. Se a lógica do mercado, que é o consumismo exacerbado, estivesse presente em todas as nações, com certeza, como afirmou Furtado (1974), a civilização toda entraria em colapso, pois não existem recursos naturais para a manutenção desse modelo. O tema Desenvolvimento Sustentável ganhou grande notoriedade nos últimos anos devido a essa problemática:

“O uso indiscriminado dos recursos naturais, a urbanização desordenada, o *déficit* habitacional, a má distribuição de renda, o desemprego e a pobreza, tornaram-se, hoje, alguns dos problemas que justificam a urgência de se adotar um padrão sustentável de desenvolvimento” (APPEZZATO, 2006, p. 200).

Sachs (2002) defende que a sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade com a geração atual e de solidariedade com as gerações futuras. E tem como objetivos principais: a preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; a limitação do uso de recursos não renováveis e o respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Um novo conceito surgido na década de 1990 é o da Governança Local, que tem sido uma preocupação em vários países. Processos como a descentralização do poder e das decisões do governo federal, redemocratização e influência cada vez maior de agências internacionais, estão fazendo com que os governos se adaptem a uma nova realidade liberal e

regulada pelo “mercado”. A governança local é um instrumento muito importante e pode ser muito eficiente para atender aos anseios de uma determinada região. Mas isto só será possível se as relações entre governo e sociedade civil estiverem amadurecidas e equilibradas (WILSON, 2000). A governança pode ser concebida como uma forma ou lógica de organização ou também como uma forma de governar e ou coordenar as relações entre os atores econômicos (SACOMANO NETO; TRUZZI, 2009).

O quadro 1 traz uma síntese das principais teorias sobre modelos de desenvolvimento.

Quadro 1. Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento após 1950.

Estratégia Básica	Período	Principais elementos	Ênfase.
Modernização	Década de 1950	Industrialização, substituição das importações e fomento das exportações, revolução verde	Setorial, econômica, orientada para o crescimento.
Dissociação	Década de 1960	Desenvolvimento do mercado interno	Política
Equacionamento das necessidades básicas	Década de 1970	Orientação para a miséria e grupos marginalizados específicos, participação	Regional e social
Ajuste Estrutural	Década de 1980	Desregulamentação, flexibilização, equacionamento da dívida, balanço e inflação internos	Econômica.
Desenvolvimento sustentável	Década de 1990	Desenvolvimento socioeconômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais	Regional, ambiental e socioeconômico
Governança Global	Fim dos anos 1990	Novas formas de regulação global, Conferências Mundiais	Global, política

Fonte: DINIZAR & WITTMANN, 2008, p.162.

Esses novos paradigmas mostram que o debate sobre o desenvolvimento é contemporâneo e dialoga com a qualidade de vida da população e com os efeitos da globalização, mas já está claro que não é mais possível falar em desenvolvimento sem levar em conta questões como: a universalização do emprego, da educação, da saúde, da

democracia, dos direitos humanos e a não convivência respeitosa com a natureza e com os seus limites.

2.1.1. Desenvolvimento Sustentável

Por conta da grande polemica vigente sobre o tema Desenvolvimento Sustentável, e da importância dele para a discussão local, cabe aqui um estudo mais profundo.

Afinal o que é Sustentabilidade? Entre os autores que mais se dedicaram ao assunto ao longo dos últimos quatro decênios, desde os primeiros preparativos da célebre Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, é Ignacy Sachs quem melhor soube evitar simultaneamente o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdades, e o desenvolvimento anacrônico, que pouco se preocupa com as gerações futuras (VEIGA, 2006).

Sachs considera que a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos, primeiro chamada de ecodesenvolvimento e depois de desenvolvimento sustentável, não se alterou substancialmente nos vinte anos que separaram as conferências de Estocolmo e do Rio. E acredita que permanece válida, na recomendação de objetivos específicos para oito das dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. No que se refere às dimensões ecológicas e ambientais, os objetivos de sustentabilidade formam um verdadeiro tripé: 1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não renováveis; 3) respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. (VEIGA, 2006).

Pochmann (2009), insere de forma contundente a questão da desigualdade social, no debate sobre desenvolvimento sustentável. Afirma que nesse começo de século, percebe-se que apenas 25% da população concentra 75% da produção mundial, enquanto menos de 250 mil clãs (0,2% da população mundial) respondem por quase 50% da riqueza global. Cerca de 500 corporações transnacionais ameaçam dominar todos os setores da atividade econômica. Parece nítido o desgoverno mundial frente à fragilidade das organizações multilaterais constituídas no segundo pós-guerra (Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, Fundo Monetário Mundial – FMI, etc.) e de suas formas de atuação neste cenário. Hoje o gigantismo do poder econômico encontra-se cada vez mais concentrado e o peso das grandes corporações supera a força de

muitas nações. No ano de 2006, por exemplo, as três maiores empresas transnacionais do mundo registraram faturamento superior ao Produto Interno Bruto – PIB brasileiro. Na mesma marcha da concentração de riqueza e do poder econômico, tornam-se evidentes os limites da relação entre crescimento e sustentabilidade ambiental. Na organização da economia para o ter, a tendência de destruir os recursos naturais como base do progresso material já produz diversas catástrofes, sem contar com aquelas já antecipadas pelos estudos sobre o aquecimento global. Na toada atual, a Sibéria se transformaria em um pântano; e a Amazônia, em uma savana.

Por conta da importância desse debate, vêm ocorrendo desde a década de 70, conferências mundiais para debater e formular propostas com relação ao meio ambiente. Em 1972, ocorreu a 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo.

O desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, que promova a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações desse final de século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo para os países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e riqueza, e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações. Essa ruptura é capaz de permitir a recondução da sociedade industrial rumo ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável que exige a reinterpretação do conceito de progresso, cuja avaliação deve ser primeiramente efetuada por indicadores de desenvolvimento humano e não apenas por índices que constituem os atuais Sistemas de Contas Nacionais, como por exemplo, o Produto Interno Bruto – PIB.

Partindo dessa afirmação foi assinado um documento denominado Agenda 21. De acordo com Clemente (2007), a Agenda 21 é um documento assinado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, onde estiveram reunidos representantes de 170 países, e que estabelece compromissos e intenções para a preservação e melhoria da qualidade ambiental na terra.

Em 1997, foi realizado um tratado internacional sobre o clima, formulado no Japão, na Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças do Clima, também das Nações Unidas. Esse documento trata da neutralização de carbono e da redução de CO² (gás carbônico), causador do efeito estufa. O protocolo não foi ratificado pelos Estados Unidos, sendo uma atitude extremamente egoísta e bastante criticada, haja vista ser esse considerado o país mais

poluidor do planeta. O protocolo de Kyoto começou a vigorar, com a entrada da Rússia, em 2005. São então 55 países que se propõem à meta de, entre 2008 e 2012 reduzirem em 5,2% (em relação à década de 1990) suas emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa.

Em 2009, ocorreu a Conferência das Partes – COP-15, em Copenhague na Dinamarca, que teve como objetivo definir as metas nacionais. Apesar dos alertas dos efeitos das mudanças climáticas em diversos pontos do planeta, a COP 15 deixou escapar uma oportunidade histórica de acordo internacional para conter o aquecimento global. A posição dos Estados Unidos não foi além de prometer um corte de 17% de suas emissões de gases de efeito estufa até 2020, tendo como base o ano de 2005. Se levado em conta o ano-base estabelecido pelo Protocolo Kyoto, que é de 1990, a redução proposta pelos Estados Unidos, é de apenas 4%. O impasse entre os países foi grande e os avanços pequenos.

O tema desenvolvimento Sustentável ainda é controverso, limitado pela forte postura tradicional de defesa dos interesses nacionais e setoriais, em detrimento de uma visão global e de médio prazo. Mas esse debate se faz presente no local, onde iniciativas podem ser tomadas para a preservação do meio ambiente.

2.2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.2.1. Região e Espaço Urbano

Para falarmos sobre desenvolvimento regional, precisamos entender quais conceitos norteiam a palavra região. Para Lobato (1997), o termo região deriva do latim *régio*, que se refere à unidade político-territorial em que se dividia o império romano. A raiz da palavra está no verbo *regere*, governar, o que atribui ao termo, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política. Região passou a designar uma dada porção de superfície terrestre que, por determinados critérios, era reconhecida como diferente de outra porção.

Milton Santos (1987), afirma em seus estudos que a região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, a cada momento histórico, a região, ou subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades.

Resende (1982) afirma que o espaço urbano não se organizou aleatoriamente e não está desligado da estrutura socioeconômica. Atrás da aparente desordem, vige a coerência regida pelo modo de produção capitalista. Para ele, o espaço tem sido, ao longo do tempo, destinado a cumprir funções específicas que sofrem variação de acordo com as necessidades das organizações sociais de cada contexto.

Vamos considerar aqui região como um espaço com características geográficas e com uma identidade social, intelectual, econômica e política própria.

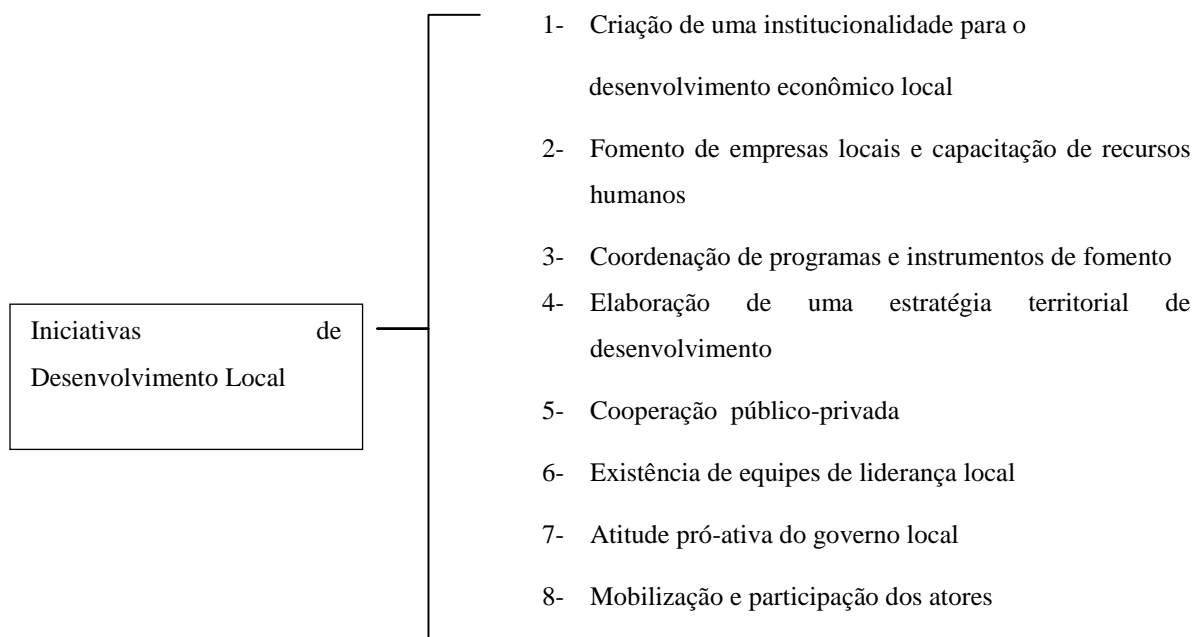
2.2.2. Iniciativas de Desenvolvimento local

Na primeira metade dos anos 1970, uma cadeia sucessiva de acontecimentos foi importante para o encerramento do período prolongado de crescimento econômico, caracterizado por elevado grau de padronização e especialização do trabalho, e sustentado por estratégias ativas de intervenção do Estado, configurando o que muitos autores consideram como a falência do modelo de desenvolvimento fordista (HARVEY, 1993).

Em paralelo a esse processo, começa a se organizar a globalização da economia e um intenso processo de urbanização muda o modo de vida da população mundial e acaba com o tempo em que as decisões do Estado podiam ser tomadas pelo governo central. Assim, o exercício do poder deve se aproximar do cidadão, através das instâncias locais, trazendo transformações profundas à pirâmide da hierarquia de decisões na área pública (DOWBOR, 1998).

A política de desenvolvimento local é uma resposta dos diferentes territórios, cidades e regiões frente às exigências da mudança estrutural na atual fase de transição tecnológica. Todas as economias locais se encontram muito mais expostas que no passado ao atual contexto de globalização, o que obriga à tomada de iniciativas e políticas de desenvolvimento, desde os diferentes âmbitos territoriais ou locais. Esse tipo de políticas de desenvolvimento local trata também de superar as limitações ou a ausência das políticas centralistas e setoriais em face às exigências de mudança ou reestruturação econômica atual, já que o caráter agregado das políticas centralistas às tornam muito pouco eficientes para enfrentar os diferentes contextos e situações territoriais (ALBURQUERQUE, 2001). O quadro 2 apresenta as principais bases para o desenvolvimento local.

Quadro 2. Bases de Sustentação das iniciativas de Desenvolvimento Local.



Fonte: Albuquerque, s.d, p.8.

As cidades hoje, com o processo de globalização estão vulneráveis, o que as obriga a pensar em políticas de desenvolvimento local e sair da passividade na busca por projetos, com o olhar voltado para os recursos endógenos.

No Brasil, a constituição de 1988, mudou o perfil do federalismo, inaugurando um ciclo descentralizador, repassando mais recursos e encargos da União para Estados e Municípios. Essa nova abordagem exige uma postura mais ativa dos governos estaduais e municipais na formulação e implementação de políticas e programas de alcance regional. Diante das pressões locais por serviços públicos e por empregos e da ausência de projetos de desenvolvimento de maior abrangência, os Municípios se voltam para projetos de desenvolvimento local. Contudo na busca por soluções econômicas, o que se vê de fato, em alguns casos, é uma relação de disputa entre os Municípios. A mais conhecida é a guerra fiscal. (FARAH, 2003).

Esse fato demonstra que é fundamental atuar desde o local, já que a região conta com um número maior de atores da sociedade civil, e os temas básicos como incorporação de inovações tecnológicas no tecido produtivo, a formação de recursos humanos e o adequado tratamento e valorização do meio natural só podem ser pensados de forma eficaz se o debate

começar nos territórios. As regiões têm condições de promoverem o desenvolvimento local endógeno (KLINK, 2001 e ALBURQUERQUE, 2001).

Do ponto de vista regional o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL, 1995).

Celso Daniel (2003) afirma que para isso é fundamental que haja confiança entre os atores regionais e uma boa articulação em torno de projetos comuns. Esses atores podem ser os do Município, que deve criar arenas públicas de negociação para os diversos interesses locais, garantindo democracia e visibilidade para a resolução dos conflitos, ou podem ser atores de Municípios diferentes, que busquem solução para problemas comuns em volta de projetos regionais, onde a constituição de consórcios, como forma institucionalizada de cooperação, pode ser um modelo de ação eficaz para o protagonismo regional. Exemplo disso é consórcio intermunicipal do ABC, onde os prefeitos de todas as cidades da região discutem e formulam estratégias conjuntas de desenvolvimento para a região.

A confiança entre os atores é essencial para o sucesso das políticas locais, e ela pode ser construída por intermédio de um processo seqüencial que combina os elementos de interesse próprio, intervenção governamental de mecanismos de auto-governança e monitoramento pelos próprios atores. (LOCKE, 2003).

É necessário destacar que embora a participação local no debate de políticas regionais tenha ganhado destaque no último período, não se verifica o avanço nas relações da região com o governo do Estado e com a União. Exemplo disso é a política para as regiões metropolitanas, para as quais não existem iniciativas definidas. (FARAH, 2003).

Não só houve crescimento nas áreas metropolitanas, no número de pessoas e de organizações administrativas, como também cresceram enormemente nesses lugares os problemas sociais. Mas a estrutura financeira e política-jurídica instituída pela Constituição de 1988 não favoreceu o equacionamento dessa questão. No que se refere ao primeiro aspecto, a opção dos constituintes foi por um sistema de repartição de rendas inter-governamental com viés fortemente anti-metropolitano, favorecendo inclusive a multiplicação

de pequenas cidades. No que tange ao segundo ponto, o fato é que as regiões metropolitanas enfraqueceram-se institucionalmente em comparação à dimensão que tinham no regime militar, tendo prevalecido o municipalismo em detrimento das formas compartilhadas de gestão territorial. É dessa concepção que se originou a explosão de problemas dos grandes centros urbanos brasileiros (ABRUCIO, 1998; REZENDE, 2001).

Também não se pode esquecer que não é possível pensar e planejar o desenvolvimento regional sem sintonia com o projeto macro econômico e sem articular com os governos federal e estadual. Portanto, desenvolver as relações de forma vertical (com os Municípios vizinhos) e horizontal (com o poder central), é fundamental para que a articulação em torno de projetos comuns funcione e gere soluções para a região.

2.3. O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ABC

Localizada a sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, o ABC compreende sete Municípios: São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – numa área de 825 Km². Em 2010, concentrava em torno de 2,658 milhões de habitantes, (IBGE/SEADE).

Figura 1. Mapa da região do ABC.



Fonte: www.consortio.abc.org.br acesso em 04/08/09

A região do ABC possui a quarta colocação entre as regiões mais ricas do país, ou seja, a soma da produção industrial, comercial e de serviços da região, correspondeu a 2,43% do PIB nacional e 7,21% do PIB estadual em 2005. (REIS, 2008). Em 2007 os resultados são semelhantes: 2,45% do PIB e 7.05% do PIB estadual (tabela 1).

Tabela 1. Produto Interno Bruto – PIB (valor nominal em milhões de reais).

	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	1.699.95	1.941.50	2.147.24	2.369.80	2.597.61
Estado de São Paulo	579.85	643.49	726.98	802.65	902.78
Região do Grande ABC	41.41	47.38	47.38	56.03	63.68

Fonte: IBGE e Fundação Seade – Elaboração Maria Aparecida de Carvalho

Em 1940 a região do ABC já contava com um número grande de indústrias moveleiras e de tecelagem, introduzidas pelos imigrantes (a maioria de origem italiana), tais como as fábricas como a da Francisco Matarazzo, do Moinho Santista e da Pirelli, são desse período.

A presença de um grande número de imigrantes em um contexto de crescimento de incipientes atividades manufatureiras propiciou um ambiente favorável à expansão de um expressivo sindicalismo no ABC já na primeira metade do século XX. Em 1907, é fundada a Liga Operária de São Bernardo do Campo, oportunizando o surgimento de sindicatos que se tornariam influentes na época, como o dos tecelões, o dos marceneiros e o dos trabalhadores em pedreiras. Em 1918, é criada a União Operária de São Bernardo do Campo (OLIVA, 1987).

O Plano de Metas do governo federal, implantado em 1956, visava um padrão de acumulação endógeno para o país – isto é, um padrão de crescimento ditado pelo próprio padrão de acumulação interno de capital. Nesse período, implanta-se e se acelera no ABC a indústria automobilística. E, como complemento desta indústria, chegam também os segmentos de metalurgia e de máquinas e equipamentos. Esses investimentos tiveram forte apoio das políticas públicas e da entrada de capital estrangeiro. (MATTEO, 2003).

A expansão industrial no ABC foi favorecida pela aproximação com o Porto de Santos; pela construção da via Anchieta, em 1947, ligando o ABC, São Paulo; pela existência da Ferrovia Santos/Jundiaí e pela disponibilidade de áreas e de mão de obra (CONCEIÇÃO, 2001).

O Grande ABC foi um lócus importante do nascimento da indústria no Brasil, a partir da década de 1930 até a década de 1950, tendo como pilar o eixo ferroviário São Caetano do Sul/Santo André, passando posteriormente, nas décadas de 1950 e 1970, o eixo de desenvolvimento para São Bernardo do Campo e Diadema, com o sistema Anchieta e Imigrantes, além do predomínio dos transportes rodoviários (DANIEL, 2001).

A grande indústria dominou a economia da região, atraindo muitos migrantes de várias regiões do país, sendo responsável até a década de 1970 pelo crescimento e destaque da região, como uma das mais ricas e industrializadas do país. Mas gerou também um crescimento populacional (tabela 2) desordenado e grande degradação do meio ambiente, com contaminação do solo, poluição do ar e dos rios.

Tabela 2. População residente – Estado de São Paulo e Região do ABC – Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 – IBGE.

	1970	1980	Evolução 1970/1980	1991	Evolução 1980/1991	2000	Evolução 1991/2000
Estado de SP	17.771.948	25.040.712	40,9%	31.588.925	26,2%	37.032.403	17,2%
Grande ABC	988.677	1.652.794	67,2%	2.048.674	24,0%	2.354.722	14,9%

Fonte: IBGE. Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

No período 1970/1980, de acordo com dados apresentados na tabela 2, verifica-se um crescimento populacional em todas as unidades territoriais contempladas (Estado de SP e região do ABC). De 1955 a 1980, a região atraiu um elevado volume de investimentos privados, tanto com capital estrangeiro como nacional, sediando as empresas montadoras de veículos, autopeças e fornecedores de insumos. Em 1957 as montadoras instaladas em São Bernardo do Campo eram responsáveis por 50% do total de veículos produzidos no Brasil e

63% do total de empregos gerados pela indústria automobilística no país, o que levou a ser conhecida como a “Detroit Brasileira” (CONCEIÇÃO, 2001). Daí pode-se atribuir o fato da região apresentar uma taxa de crescimento populacional mais expressiva que o resultado estadual.

Ao final da década de 1970, principalmente a partir dos movimentos grevistas dos trabalhadores das grandes empresas do setor automotivo, desta região, constituiu-se no Brasil o chamado novo sindicalismo. A Formação do Partido dos Trabalhadores – PT, em 1980, também esteve associada ao ressurgimento da organização sindical, sem desconsiderar a influência das comunidades de base, os movimentos populares ligados à igreja católica, à esquerda que vivia na clandestinidade e o movimento estudantil. Inegavelmente o Grande ABC faz parte da história moderna do país, o processo de redemocratização da política brasileira teve início a partir da mobilização empreendida por estas organizações operárias e populares da região (REIS, 2008).

A partir da década de 80, a indústria passa por um processo de reestruturação produtiva. Houve desconcentração das indústrias da região metropolitana, causada principalmente pelos “custos de aglomeração” (expressos na saturação da infra-estrutura de transporte), pela valorização imobiliária, pelas restrições da legislação ambiental, assim como por investimentos governamentais em outras áreas como transportes e energética (MATTEO, 2003).

Importante pólo industrial do país, a região do ABC entrou numa profunda crise econômica e, conseqüentemente, agravamento dos conflitos sociais. Um fator de destaque nesse processo foi o decréscimo da taxa de investimento da economia nos anos 80 e início da década de 90. Entre 1980 e 1992, a indústria de transformação teve sua produção reduzida em cerca de 8%. O aumento do desemprego e a desregulamentação das relações de trabalho levaram assim à retração da organização sindical do ABC. O processo de evasão industrial em função do aprofundamento da reestruturação produtiva levou a redução do emprego em torno de 35% na região (REIS, 2008).

Esses fatores causaram forte desemprego e fizeram diminuir as receitas dos Municípios. Essa crise impulsionou a criação de organismos regionais de articulação e planejamento com representação governamental e da sociedade civil.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a região se defronta com uma considerável crise, culminando com um processo de desconcentração das indústrias no ABC, que migram para

outras regiões dentro e fora do Estado de São Paulo, alinhado a um ambiente de falta de consciência coletiva, que não gera boas perspectivas para a região na década de 80. Porém, a partir da década de 90, cresce no Grande ABC paulista a consciência da necessidade de uma articulação regional, parcialmente explicada pela percepção que se tem da profundidade do impacto das transformações sobre a região e o tamanho da crise econômica. Essa conscientização impulsiona o surgimento de várias iniciativas de aproximação entre os atores regionais voltadas para a solução de problemas comuns e, mais particularmente relacionados com o tema desenvolvimento econômico regional. A região também começa a discutir, no final dos anos 80, a sua própria identidade (LÉPORE, KLINK E BRESCIANI, 2006).

2.3.1. A região do ABC e os mananciais

Dentro dos 825 Km² de área da região, 472 Km² estão em áreas de proteção aos mananciais hídricos (tabela 3). A região conta também com o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo, que é a represa Billings e com a Bacia do Rio Tamanduateí, que tem 35 km² de extensão. Esse rio nasce na cidade de Mauá e drena grande parte da região do ABC, cortando a região central da cidade de SP e desaguando no rio Tietê, sendo o principal canal de drenagem de toda essa região.

Tabela 3. Área de Proteção Ambiental do Grande ABC.

Municípios	Extensão (Km2)	Área de proteção
São Bernardo do Campo	406	56%
Santo André	175	54%
Ribeirão Pires	99	100%
Mauá	62	19%
Rio Grande da Serra	37	100%
Diadema	31	24%
São Caetano do Sul	15	0%
TOTAL	825	56%

Fonte: IBGE – Divisão Territorial dos Municípios, 2004.

A crescente urbanização brasileira, segundo Villaça (2001), vem promovendo a ocupação de espaços urbanos inadequados para a implantação de moradias; exemplo disto são as ocupações irregulares e as invasões de áreas ribeirinhas por grandes contingentes de população. O impacto ambiental de tais ocupações se agrava na medida em que o rio, cujas margens são ocupadas, é um manancial de abastecimento de água. O administrador público tem um papel decisivo neste processo, não apenas na efetivação da aplicação de recursos públicos para este fim, mas, também, na articulação da sociedade para eliminar ou evitar a progressão de tais problemas.

O desenvolvimento urbano provoca o aumento da demanda por água e, ao mesmo tempo, a degradação dos mananciais em decorrência da sua contaminação por resíduos urbanos. As principais causas da contaminação se originam no despejo de poluentes oriundos de esgotos domésticos e industriais, no despejo de esgotos pluviais agregados com lixo urbano, no escoamento superficial da drenagem de áreas agrícolas carregadas de defensivos e outras substâncias químicas poluentes e na drenagem de águas subterrâneas contaminadas (TUCCI, 1998).

Segundo Tucci (1998), o processo de desenvolvimento urbano nestas condições estabelece a tendência de inviabilização dos mananciais, tendo como consequência a necessidade de busca por outras captações, cada vez mais distantes e por tratamentos de água e esgotos cada vez mais intensos e onerosos.

No ABC, de acordo com Conceição (2008), dos 825 km² da região, 76 são em áreas invadidas:

“... abrigam milhares de famílias em situação irregular, além de uma minoria que tem autorização para habitar a área. Dos 108 quilômetros quadrados que teoricamente poderiam ser ocupados – sem considerar as restrições impostas pelas leis ambientais, 77% são classificados pelos geógrafos como de” severa restrição “para edificações. Ou seja, são barrancos e pequenas montanhas de difícil acesso e grande risco de deslizamento. Em 30 anos, a combinação desastrosa entre a falta de fiscalização e políticas de habitação para as comunidades carentes levou a mancha urbana à quase sufocar a região de manancial”.

No caso da contaminação do solo na região do ABC, Conceição (2008) afirma que a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) elaborou lista com 199 áreas da Região do ABC, que teriam focos de contaminação por produtos químicos (Cádmio, chumbo, mercúrio, zinco, entre outros), sendo que daquele total 61 se referem a locais onde funcionam indústrias.

2.3.1.1.Represa Billings

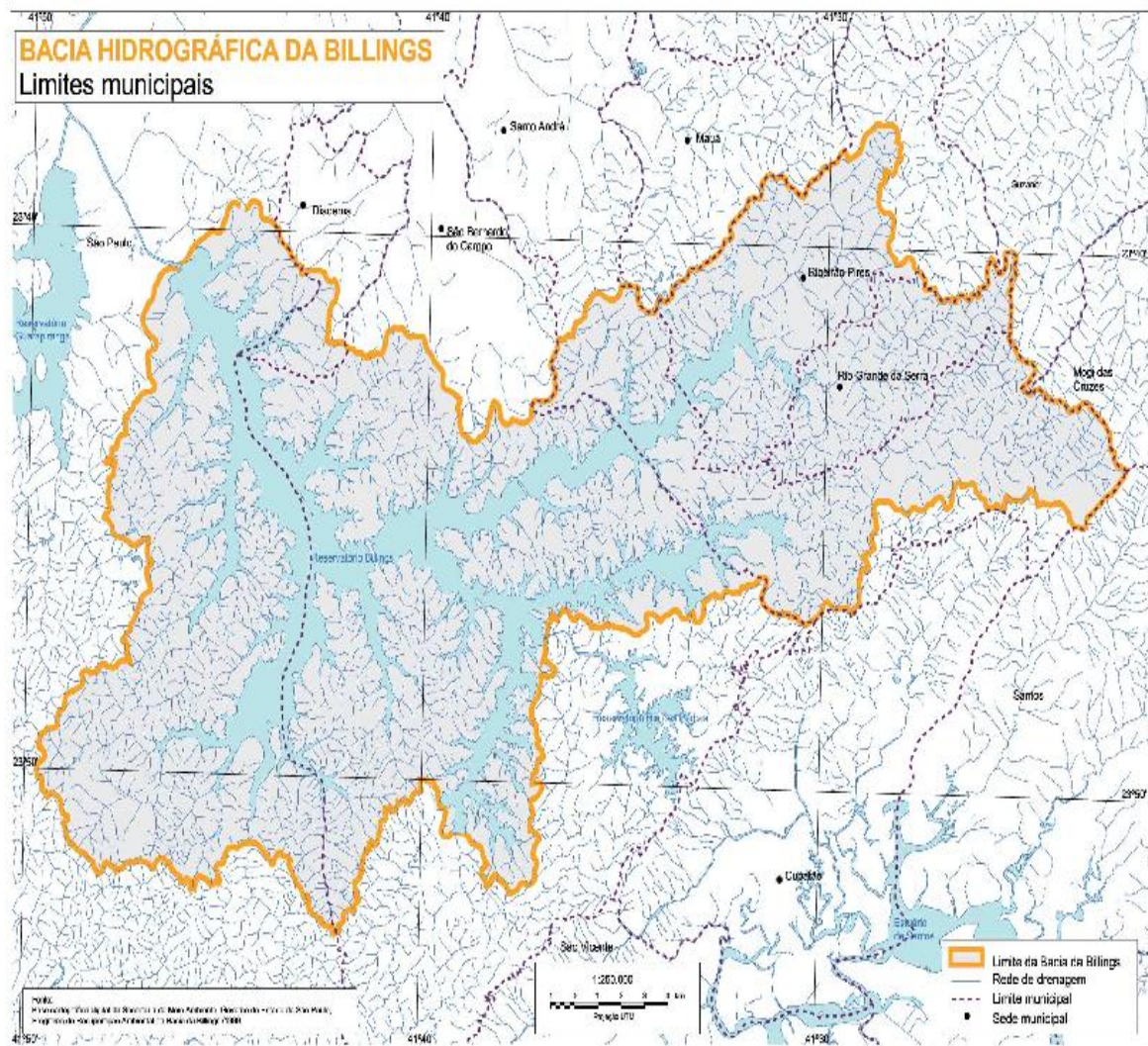
A represa Billings situa-se na região metropolitana de São Paulo nas proximidades da Serra do Mar, abrangendo os Municípios de São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (figura 1). Alguns dados sobre a represa:

- Área da represa: 10.800 hectares (18% da área da bacia);
- Municípios parcialmente inseridos na área da bacia: cinco (Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo);
- Municípios totalmente inseridos na área da bacia: 1 (Rio Grande da Serra);
- População abastecida pela represa (Braço do Rio Grande): 1,6 milhões;
- População residente na bacia: 860 mil pessoas;
- Área ocupada por atividades humanas: 27% da bacia;
- Área urbana: 20% da bacia;
- Área com vegetação natural: 54% da bacia;
- Volume de água produzido: 4,8 mil litros por segundo.

A Bacia hidrográfica da Billings apresentou no período de 1989 a 1999, intenso crescimento das áreas ocupadas por usos urbanos em detrimento de outros usos, especialmente da Mata Atlântica. Esse processo ocorreu através do surgimento de novas ocupações, consolidação da ocupação existente e transformação de áreas rurais em urbanas. As áreas urbanas, que compreendem a soma das áreas urbanas não consolidadas e das áreas urbanas consolidadas, apresentaram um crescimento de 31,74% no período de 1989 a 1999 (CAPOBIANCO, 2002).

Em julho de 2009, foi aprovada pela Assembléia Legislativa de São Paulo, lei específica que transforma a Billings em manancial de interesse metropolitano. A lei a reconheceu como manancial de interesse regional e Área de proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (ABRM – B). Até 2015, espera-se a redução em 73% dos resíduos poluentes lançados no corpo d’água. Entre os objetivos da lei, está o incentivo à implantação de atividades compatíveis com a preservação, conservação, recuperação e proteção dos mananciais. As normas visam ainda garantir o desenvolvimento de programas de reurbanização, remoção e realocação dos moradores das áreas consideradas de risco ou de recuperação ambiental (www.consortio.abc.org.br).

Figura 2. Bacia Hidrográfica da Billings



Fonte: www.mananciais.com.br acesso em 04/08/09

2.3.2. Fóruns Regionais.

No ABC foram criados diversos fóruns de articulação regional, sendo o primeiro deles formado em dezembro de 1990, com a denominação de Consorcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, com participação dos prefeitos das sete cidades, cujo objetivo foi o de discutir assuntos relacionados à gestão ambiental, desenvolvimento econômico e aspectos administrativos.

O Consorcio Intermunicipal foi criado com o objetivo de representar os sete Municípios consorciados em matérias de interesse comum, além de defender políticas consensuais para o desenvolvimento da região, independentemente das possíveis diferenças partidárias. Com relação as suas finalidades, planejar e executar os principais projetos e ações destinadas à melhoria e controle, prioritariamente dos serviços da área de infra-estrutura, tais como recursos hídricos, as condições de saneamento básico e ambiental, o controle das enchentes, preservação do meio ambiente na área das Bacias Hidrográficas do Alto Tamanduateí e Reservatório Billings, integração do sistema viário e de transportes, desenvolvimento urbano e controle do solo (REIS, 2008).

Em 1997 é criada a Câmara Regional, com representação da sociedade civil e do consorcio intermunicipal. A finalidade principal da Câmara é o de apoiar, acompanhar e mensurar ações para o desenvolvimento sustentável do Grande ABC e, de certa forma, representar um fórum democrático englobando o poder público e a sociedade civil (LÉPORE, KLINK E BRESCIANI, 2006).

Celso Daniel (1999) apontou a Câmara como um novo modelo de gestão regional, possibilitando e redescobrando a democracia participativa, tanto como método quanto como objetivo em si. Além disso, a Câmara pode ser considerada um instrumento extremamente flexível para o planejamento regional, que se adapta facilmente as grandes oscilações no atual cenário macroeconômico e as necessidades de aglutinar um número muito grande de atores que têm interesses acoplados a assuntos temáticos diferenciados.

Entretanto como destacam Daniel e Somekh (2001), a participação dos atores não é homogênea. A presença do governo estadual, por exemplo, em vários momentos, fica aquém das expectativas, no tocante a setores importantes para a região, como o de recursos hídricos, meio ambiente e habitação. Porém verifica-se o esforço dos governos locais que servem de referência aos trabalhos da Câmara Regional. Outro setor de extrema importância refere-se à

participação da sociedade civil, como por exemplo, o movimento sindical, criticado por alguns segmentos por suposta culpa no processo de desindustrialização da região. Este movimento ganhou dimensão quando avançou no processo de negociação pelos direitos dos trabalhadores, criou um sentimento de cidadania naqueles que ali militavam. Entretanto, sua participação na Câmara Regional significa, para o setor privado, o redirecionamento para uma mudança nas relações entre capital e mão de obra, dentro de uma abordagem mais coordenada e cooperativa, visando à manutenção, com possibilidades de incremento nos níveis de emprego.

Segundo Putnam (2005), as tradições cívicas podem influenciar fortemente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, bem como o desempenho institucional, e a sindicalização é tida mais como um complemento da participação cívica do que como mera reação às circunstâncias econômicas.

A Agência de Desenvolvimento Econômico é fundada em outubro de 1998, fruto de acordos realizados na Câmara Regional, tendo sido criada para dar suporte institucional em conjunto com o Consorcio, aos trabalhos coordenados pela Câmara regional. Foi fundada como organização (ONG) mista, composta pela associação das sete prefeituras (Consorcio Intermunicipal com 49% das ações) e Sociedade Civil (51% das ações). Tem como objetivo, ser uma entidade promotora de ações que tornem a região do Grande ABC competitiva, moderna e empreendedora, com justiça social e qualidade de vida para a sua população. Seus principais eixos de atuação são: criação de sistemas de informações regionais e marketing regional, apoio e fomento as empresas e novos projetos e trabalho e qualificação profissional. (www.agenciagabc.com.br).

O ABC é uma região nitidamente política, considerando-se a presença de sindicatos, meios de comunicação e entidades da sociedade civil, todos com significativa representatividade e uma preocupação que transborda os limites deste ou daquele Município (KLINK, 2001).

Portanto, está claro que estamos com um exemplo típico de região organizada, com fóruns representativos que têm a missão de ter um olhar sobre todas as cidades e suas demandas locais.

Esses fóruns regionais elaboraram em 2000, o primeiro planejamento regional estratégico com a participação de mais de 300 pessoas, representando executivos e legislativos municipais, governo do Estado e sociedade civil organizada, representada por

mais de 100 entidades. Definiu um plano estratégico com perspectivas para dez anos, foram estabelecidos 40 programas, 134 subprogramas e 298 ações estratégicas, aglutinadas em 07 grupos temáticos chamados eixos estruturantes. No quadro 3 estão listadas as principais ações regionais, desde a criação dos fóruns.

Em abril de 2008 foi realizado um novo planejamento regional com o objetivo de revisar o planejamento anterior, e nesse foram mobilizados a participar 341 instituições e agentes políticos.

Nessa oportunidade, além dos encaminhamentos relativos à eleição e pactuação de prioridades para fins de planejamento, evidenciou-se a necessidade do consorcio aprofundar suas atividades de articulação regional e cooperação. Estes elementos envolvem um território mais amplo, incluindo políticas de organização da região metropolitana de São Paulo, onde se desenvolvem ações e projetos que terão profundo impacto sobre o Grande ABC. Chama atenção especial, sob este aspecto, a conclusão do trecho sul do Rodoanel, que será construído dentro da região, previsto para ocorrer em 2010, que terá enorme impacto sobre a estrutura viária da região, sua logística e, em termos mais amplos, sobre a própria qualidade de vida de sua população (www.agenciagabc.com.br).

Merece destaque também a aprovação, pela Assembléia Legislativa de São Paulo, da criação do Pólo Tecnológico do ABC, que desde de 2000 constava na pauta dos fóruns regionais. A publicação do decreto ocorreu em abril de 2009 e o projeto consistirá na criação de uma rede de inovação e tecnologia para a região.

Em março de 2009 ocorreu no ABC o seminário “O ABC do diálogo e do Desenvolvimento”, com representantes dos governos municipal, estadual e federal, trabalhadores e empresários, para debater a crise econômica instaurada naquele momento, em função da crise mundial.

Foi consensual entre os participantes a necessidade de reorganização da Câmara Regional do Grande ABC, sendo considerada ela a instância apropriada para melhor diagnosticar as potencialidades e os desafios a serem enfrentados na região, aprofundar o debate sobre as propostas levantadas e viabilizar as ações necessárias para fortalecer o enfrentamento à crise e o desenvolvimento regional (www.consorcioabc.org.br).

Quadro 3. Principais Ações Regionais (1990 – 2008).

Programas/Projetos/ Reivindicações	Parcerias	Situação
Política Institucional		
<ul style="list-style-type: none"> Criação da Câmara Regional 	Consortio Intermunicipal / Governo Estadual	C
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento Regional Estratégico 	Câmara Regional (apoio do BID)	C
<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação dos Consórcios Públicos 	Consortio Intermunicipal/ Governo Federal	EA
<ul style="list-style-type: none"> Articulação para encaminhamento das emendas à Lei de Diretrizes orçamentárias do Estado de São Paulo e ao Orçamento da união 	Consortio intermunicipal Bancada de Deputados do GABC	AP
<ul style="list-style-type: none"> Articulações visando solução para Dívidas dos Precatórios 	Consortio Intermunicipal Frente Nacional de Prefeitos	AP
Infra-Estrutura/ Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente		
<ul style="list-style-type: none"> Plano de Macrodrenagem - 25 Reservatórios de Contenção (18 Piscinões construídos) 	Consortio Intermunicipal Governo Estadual	EA
<ul style="list-style-type: none"> Aterro de Mauá para deposição de Resíduos Sólidos 	Consortio intermunicipal (Prefeituras)	C
<ul style="list-style-type: none"> Construção do Sistema de Coletor Tronco 	Câmara Regional Governos estadual e Federal	EA
<ul style="list-style-type: none"> Implantação do Trecho Sul do Rodoanel 	Câmara Regional Governo Estadual	EA
<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da rodovia SP 31 índio Tibiriçá/ Trevo Km 14 e 22 da Via Anchieta/ Avenida dos Estados, trechos Santo André e São Caetano do Sul 	Câmara Regional Governo Estadual	C
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do Plano de Integração Viário Regional ABC 	Consortio Intermunicipal	EA

Continuação quadro 3. Principais Ações Regionais (1990 – 2008).

<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental (PDPA) 	<p>Consortio Intermunicipal Governo Estadual</p>	EA
<ul style="list-style-type: none"> IRQVU – índice Regional de Qualidade de Vida Urbana 	<p>Câmara regional USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul</p>	EA
<ul style="list-style-type: none"> 7 cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC 	<p>Câmara Regional Faculdade Fundação S. André (colaboração da USCS)</p>	EA
<ul style="list-style-type: none"> FEHIDRO – Gestão Ambiental Integrada no ABC 	<p>Consortio Intermunicipal Governo Estadual</p>	EA
<ul style="list-style-type: none"> Metodologia Plano Diretor (publicação) 	<p>Consortio Intermunicipal IPT/CEPAM/FINEP</p>	C
Economia Regional		
<ul style="list-style-type: none"> Criação da Agência de Desenvolvimento Econômico 	<p>Câmara Regional (Prefeituras e Sociedade Civil)</p>	C
<ul style="list-style-type: none"> Lei de Incentivos Seletivos 	<p>Consortio Intermunicipal (Prefeituras)</p>	EA
<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP/ABC) 	<p>ADE/ Fundação Seade/ Banco Mundial/ ONU Habitat</p>	C
<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/ABC) 	<p>Consortio Intermunicipal ADE Fundação SEADE/DIEESE</p>	E

Continuação quadro 3. Principais Ações Regionais (1990 – 2008).

<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do Pólo Petroquímico 	Câmara Regional/ Governos Estadual e Federal	EA
<ul style="list-style-type: none"> • Posto Regional Avançado do BNDES 	ADE/ Governo Federal	C
<ul style="list-style-type: none"> • Arranjo Produtivo local (APL/GABC) • (setor metal mecânico, plástico, tecnologia da informação e telecomunicações). 	ADE Governo Federal (MDIC/SEBRAE)	EA
<ul style="list-style-type: none"> • Incubadoras de empresas 	ADE	EA
<ul style="list-style-type: none"> • CIAP 	ADE; Faculdade Fundação Santo André; FINEP/IPT	EA
<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de viabilidade para implantação do Centro de Convenções do ABC 	Consortio Intermunicipal	EA
Políticas Sociais		
<ul style="list-style-type: none"> • Hospital Regional de Clínicas Mario Covas 	Câmara Regional /Governo Estado de São Paulo	C
<ul style="list-style-type: none"> • Hospital Regional Serraria 	Câmara Regional /Governo Estado de São Paulo	C
<ul style="list-style-type: none"> • Mova ABC – Movimento Regional de Alfabetização de Jovens e adultos 	Câmara Regional (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC)	C
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Alquimia – programa de Qualificação Profissional para o setor de Transformação de Materiais Plásticos 	Câmara Regional, Gov. ESP (Sindicato dos Químicos ABC/ Senai Mario Amato)	C
<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Criança Prioridade 1 	Câmara Regional	EA
<ul style="list-style-type: none"> • Casa Abrigo Regional – atendimentos às mulheres vítimas de violência 	Consortio Intermunicipal, (Prefeituras)	EA
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Primeiro Emprego 	ADE, Governo Federal	C
<ul style="list-style-type: none"> • Plantec ABC – Plano territorial de Qualificação Profissional 	(Consortio Intermunicipal, Governo Federal, Comissões Municipais Emprego)	E
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Brasil alfabetizado 	Consortio intermunicipal Gov. Federal MEC/FNDE	C

Continuação quadro 3. Principais Ações Regionais (1990 – 2008).

<ul style="list-style-type: none"> GRPE – Igualdade de Gênero e Raça 	Consorcio intermunicipal Governo Federal	C
<ul style="list-style-type: none"> Universidade Federal do ABC (reivindicação e participação nas discussões) 	Consorcio Intermunicipal Governo Federal	EA
<ul style="list-style-type: none"> Projeto Construção Coletiva de Espaços e Tempos de PAZ 	Consorcio intermunicipal Governo Federal	C
<ul style="list-style-type: none"> Implantação do CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - Fatec – Faculdade de tecnologia Santo André/ SBC/São Caetano. 	Câmara Regional Governo Estadual	C

Fonte: REIS (2008, p. 169-172). Siglas: C= Concluído - E= Encerrado – EA= Em andamento – AP= Atividade Programada – ADE = Agência de desenvolvimento Econômico

Como conceito de desenvolvimento para esse trabalho, foi utilizado o descrito no texto retirado da revista da Câmara ABC (2000, p. 11), que afirma que:

“..... o desenvolvimento urbano e planejamento – aí entendido como um conjunto de ações capazes de produzir a infra-estrutura necessária à expansão dos setores econômicos avançados e, especialmente, as medidas sociais e políticas orientadas no sentido de promover e assegurar a equidade social e a sustentação ambiental para todo o Grande ABC e em todos os estratos da população. Além disso, a busca da qualidade sócio-ambiental tem que ser vista como meta para atrair novos investimentos econômicos”.

3. METODOLOGIA

3.1. TIPO DE PESQUISA

A metodologia de uma pesquisa é o instrumento pelo qual a investigação do problema proposto é viabilizada, a fim de que os objetivos traçados sejam atingidos. Portanto, a metodologia é um meio e não um fim em si mesma, o que não isenta o pesquisador de dar especial atenção a ela. Afinal, estratégias metodológicas inconsistentes podem comprometer o rigor que deve haver em um trabalho científico, provocando viés significativo e colocando sob suspeita as conclusões da pesquisa. É nesse cenário que o pesquisador deve eleger a metodologia mais adequada.

A pesquisa é do tipo descritiva, e tem como objetivo identificar as diferenças no desenvolvimento da região do ABC, colocando em confronto as características socioeconômicas dos sete Municípios integrantes da região, no contexto da formação histórica, social e econômica da cidade de Rio Grande da Serra.

A respeito deste tipo de pesquisa, Vieira (2002) e Malhotra (2001) destacam que o objetivo é conhecer e interpretar a realidade, por meio da observação, descrição, classificação e interpretação de fenômenos, sem nela interferir para modificá-la.

Complementando, Vieira (2002) destaca ainda que as pesquisas descritivas podem se interessar pelas relações entre variáveis e, desta forma, aproximar-se das pesquisas experimentais. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A este respeito, Cervo e Bervian (1996, p. 49) afirmam: “[...] a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

Como suporte, há ainda a contribuição de renomados autores que tratam da temática regional.

3.2. SUJEITOS DA PESQUISA

Com muita frequência as populações que se pretende estudar são tão amplas que é impraticável considerá-las em sua totalidade. Isto significa que o pesquisador deve escolher alguns sujeitos e estudá-los. (GIL, 2002).

Segundo Ladislau Dowbor (1998), o pacto pelo desenvolvimento local integrado deverá incluir os principais atores sociais locais, a administração pública de diversos níveis, as empresas, o terceiro setor, as organizações comunitárias, os sindicatos, as igrejas. E deverá traduzir-se em conselhos ou fóruns locais de desenvolvimento.

Os sujeitos da pesquisa do presente estudo estão divididos em três grupos:

- a) Gestores públicos da cidade e da região, buscando avaliar o modelo de desenvolvimento nos últimos 10 anos e questionar se os programas e políticas públicas voltadas para a estratégia de desenvolvimento da cidade e da região estão sendo eficazes, com foco no conceito de desenvolvimento local sustentável.
- b) Lideranças de entidades da sociedade civil (associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, dentre outros), que tenham ações voltadas para o interesse de desenvolvimento da cidade.
- c) Historiador, procurando identificar as origens das disparidades no desenvolvimento da cidade, levando em conta as raízes históricas e culturais.

Para a obtenção das respostas às questões apresentadas no formulário elaborado foram

Entrevistados:

- 1) Adler Teixeira Jardim – prefeito de Rio Grande da Serra na gestão 2005-2008, reeleito. Atual presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC.
- 2) Ramón Velásquez – prefeito eleito para a gestão atípica de 2000, onde ficou no cargo por 6 meses e reeleito para a gestão 2001-2004. Ex-presidente do Consorcio Intermunicipal de Prefeitos do ABC – gestão 2002.
- 3) Vera Lúcia Munhoz - Presidenta da Associação Comercial de Rio Grande da Serra (ACIARGS).
- 4) Noel Horácio – diretor administrativo da Associação Comercial de Rio Grande da Serra (ACIARGS).

- 5) Sergio Nobre, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC
- 6) Maria Inês Soares, ex-presidenta do Consorcio Intermunicipal de Prefeitos do ABC, na gestão 2000 e ex-prefeita por duas gestões, 1995-1999; 2000-2004 da cidade de Ribeirão Pires.
- 7) Fausto Cestari, coordenador executivo do Consorcio intermunicipal de prefeitos do ABC.
- 8) Gisela Saar, historiadora e pesquisadora de Rio Grande da Serra.

3.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa foi utilizada a entrevista que, segundo GIL (1999) é a técnica por meio da qual o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mas especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, ou fizeram, bem como acerca das explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ *et al*, 1967 *apud* GIL, 1999).

3.3.1. Formulário para a Coleta de dados.

O formulário foi organizado a partir de seis perguntas centrais abaixo registradas.

1. Analise o desenvolvimento socioeconômico da cidade dos últimos 10 anos e quais seriam as causas da fragilidade local e das disparidades regionais?
2. Quais as ações do poder público local que propiciam o desenvolvimento da cidade?
E quais as dificuldades para a proposição das mesmas?

3. Como as instituições e empresas têm atuado para fomentar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da cidade?
4. Quais projetos e ações vêm sendo realizados pelos fóruns regionais com o objetivo de fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável de Rio Grande da Serra?
5. É possível conciliar desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade em Rio Grande da Serra?
6. Quais as perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico da cidade?

3.4. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS

Para a coleta dos dados foi feita inicialmente uma pesquisa documental, que tomou por base referências teóricas de pesquisadores da temática regional. Também foram consultadas diversas publicações do Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, da Câmara Regional do ABC, da Agência de Desenvolvimento Econômico, artigos de jornais da região, dados do IBGE, da Fundação Seade e da Firjan.

Para a análise das características socioeconômicas foram utilizados os seguintes indicadores:

1. Domicílios em condições adequadas, semi-adequadas e inadequadas para o Estado de SP, região do ABC e cidade de Rio Grande da Serra;
2. Distribuição da área e população dos Municípios da Região do Grande ABC;
3. Densidade demográfica dos Municípios da Região do Grande ABC;
4. IDH (2000) de todas as cidades da região;
5. Taxa geométrica de crescimento anual da população do Estado de São Paulo e dos Municípios da região do Grande ABC;
6. População economicamente ativa de todos os Municípios da região;
7. Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos;
8. Taxa de mortalidade Infantil, dados de 2008, dos Municípios do Grande ABC;
9. IFDM de 2005 e 2006, dos Municípios do Grande ABC;

10. Classificação nacional no IFDM de 2005 e 2006, dos Municípios da região do Grande ABC;
11. PIB Bruto e per capita de 2006 de todos os Municípios do Grande ABC.

3.5. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados, a fase seguinte da pesquisa contempla a análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposta para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999).

4. A CIDADE DE RIO GRANDE DA SERRA

4.1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.

O Município está situado na região do Grande ABC, na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, fazendo limite com os Municípios de Suzano, Ribeirão Pires e Santo André.

Figura 3. Localização de Rio Grande da Serra.



Fonte: www.riograndedaserra.sp.gov.br, acesso em 10/05/2007.

4.2. DE JERIBATIBA A RIO GRANDE DA SERRA

No século XVI, depois de poucos anos da fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo, a região é abandonada e os seus fundadores, entre eles João Ramalho, partem para a vila de São Paulo de Piratininga.

O território que hoje forma Rio Grande da Serra (o nome Rio Grande tem origem no rio que corta a cidade), nessa época, tinha a denominação de Jeribatiba ou Jurubatuba, palavras indígenas que significavam o “palmar ou sitio dos jeribás”. Essas terras, da mesma maneira que a vila de Santo André da Borda do Campo, passaram a pertencer a Vila de São Paulo e permaneceriam desabitadas até o século XIX.

“Mas nesse intervalo de tempo, Jeribatiba, foi caminho de passagem para os tropeiros, que percorriam o chamado “Caminho de Zanzala”, na interligação Santos/Mogi das Cruzes e que também utilizavam esse caminho para ter acesso às minas de ouro de Cuiabá. Em 13 de maio de 1722, o rei de Portugal ordena a vedação do caminho, com o objetivo de impedir a busca pelo ouro e somente em 1837, depois de 110 anos o governo autoriza a reabertura” (MÉDICI, s.d.).

Em 1850 já havia certidões de posse de terras, foram encontrados registros constantes do Departamento de Arquivo do Estado da Secretaria de Cultura de São Paulo. São terras diversas, lavradas, algumas mencionando a existência de termos, como: “com fazendas de criar” e com “ranchos”, outras “com cultivados feitos ou comprados”. Essas terras têm os limites fixados sempre entre os rios Grande, pela nascente, a estrada de Mogi a Santos e o rio Pequeno. Esses documentos são todos assinados pelo Padre Tomás Innocencio Lustosa da paróquia de São Bernardo. Isso prova que a região do Jeribatiba, já contava com moradores, produção de hortas e criação de animais.

Ainda em 1850, Rio Grande aumenta o número de proprietários, cujos registros mencionam “ter havido a posse por dádiva, de cuja dádiva tenho papel”, oriundo de ascendentes mencionados.

“A planta do Sitio Rio Grande, posse do alferes Bonilha que a transmite ao Conselheiro Manoel Dias de Toledo, terras registradas em 1850, mencionam em sua propriedade, olarias, serrarias, carreados, pastos, carvoaria, taperas e alagadiços, além de trinta outras propriedades devidamente nomeadas” (SAAR, s.d. p. 9).

O Conselheiro Manoel Dias de Toledo constrói, nas proximidades da futura estação férrea de Rio Grande e próximo da capela de São Sebastião (alguns dados indicam que a

capela seja do séc. XVII), uma pousada, a fim de abrigar não só as pessoas ligadas às obras da ferrovia, como também aquelas que foram empenhadas no caminho novo de Moji das Cruzes.

No século XIX é constituída a Freguesia de São Bernardo, sob o controle da cidade de São Paulo, que em 1889 vem a tornar-se Município, com abrangência sobre toda a região que hoje denominamos ABC.

Em 1938, o Município de São Bernardo tem seu nome alterado para Santo André, em respeito às origens da região, quando da Vila de Santo André da Borda do Campo, no século XVI. Em 1944, a região é dividida em dois Municípios: Santo André (agregando as áreas que depois se tornariam as atuais São Caetano, Ribeirão Pires, Mauá e Rio Grande da Serra) e São Bernardo (agrega Diadema).

Nesse período Rio Grande da Serra, já é um pequeno povoado, sendo que a criação da ferrovia “São Paulo Railway” ou a “Inglesa”, como era chamada, e que foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1867, tornou-se fundamental para acelerar o crescimento da vila.

Em 1953, Rio Grande ou Icatuaçu (do tupi significando: águas doces, abundantes, boas e salubres), como era ainda, passa a ser distrito de Ribeirão Pires, que se emancipou nesse mesmo ano de Santo André.

Em 1963, o distrito de Icatuaçu se emancipa de Ribeirão Pires e passa a ser chamado pelo nome atual de Rio Grande da Serra. Esse foi o último Município a ser criado no Grande ABC.

4.3. CONSTRUÇÃO DA FERROVIA “THE SÃO PAULO RAILWAY (SPR)”

Até a construção da ferrovia, a Serra do Mar era cortada por diversos caminhos de tropas, calçados com lages, que possibilitavam o transporte por mulas para os vários pontos, ao longo do litoral.

A única via que chegou a permitir a passagem de veículos nessa época, foi a Estrada da Maioridade, ligando Santos a São Paulo, construída em 1842 e refeita em 1862/65.

Com a explosão da cultura cafeeira, no final dos anos 1850, o governo imperial aprovou os planos do futuro Barão e Visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, para a

criação da ferrovia Santos - Jundiaí, sendo o projeto desenvolvido por um grupo de engenheiros ingleses, liderados por James Brunlees, presidente da Associação dos Engenheiros Civis de Londres. As obras da ferrovia foram iniciadas em 1800 e abertas ao tráfego em 1865, sendo completadas em 1867.

“A ferrovia entre Santos e Jundiaí, vencendo a Serra do Mar alterou não só as relações de poder da Província de São Paulo, como também criou uma nova geografia promovendo o rápido crescimento da cidade de São Paulo e abrindo o interior e parte ao sul de Minas à cultura do café e outros” (TEIXEIRA, 2002, p. 40).

Para a construção da São Paulo Railway, a solução encontrada pelo governo Imperial e pela administração provincial, por volta de 1850, foi à garantia de juros, com pagamento em ouro. Eliminava-se o risco, com a garantia de remuneração mínima para os capitais investidos.

Para ligeira comparação: a população da capital da Província de São Paulo, que em 1867 era de 19.000 habitantes, já em 1900 alcançava 250.000 habitantes.

A São Paulo Railway pediu autorização para a duplicação de sua linha e instalou na serra equipamento de maior porte, com o dobro da capacidade anterior. As obras de duplicação foram concluídas em 1897, passando a ser chamada de Serra Nova, em oposição a primeira Serra Velha.

Em 1865, o início do funcionamento parcial da ferrovia, a chamada “Inglesa”, marcou o começo da decadência das tropas, dos caminhos e até das povoações e bairros ao longo das estradas que, ao movimento delas, garantiam a sua sobrevivência. A partir de 1867, com a ferrovia integrando Santos a Jundiaí, passando pela capital da Província, ficaram abandonados o “Caminho do Mar e o caminho para Moji das Cruzes”.

4.4.1. A estação ferroviária de Rio Grande da Serra

No final de 1864, os trilhos da ferrovia “The São Paulo Railway”, atingem o povoados de Rio Grande, agraciada com uma estação considerada intermediária.

A extração madeireira aumenta em função da ferrovia e são muitos os escravos que passam a trabalhar na rede ferroviária, para a “Inglesa”, que pagava o soldo aos donos e senhores das terras.

O povoado de Rio Grande começa a se formar e a se desenvolver com a abertura da ferrovia, que ainda hoje é o principal meio de transporte dos moradores.

No centro do povoado, próximo à Capela de São Sebastião, foram se fixando os tropeiros com casas de mercearia e carros de boi, utilizados no transporte da lenha e madeira, dos locais de desmatamento, até o desvio da estrada de ferro, próximo á estação de Rio Grande, que já contava com grandes serrarias.

4.5. A FORMAÇÃO DA REPRESA BILLINGS E AS CONSEQUENCIAS PARA RIO GRANDE DA SERRA

O Decreto federal nº 16.844, de 27 de março de 1925, assinado pelo presidente Arthur Bernardes, concedeu a LIGTH & POWER Cia, o direito de represar as águas dos rios Grande e Pequeno, entre outros, para a construção de uma unidade geradora de energia. O mesmo decreto estabelece claramente que o represamento das águas não poderia prejudicar o abastecimento das populações naturalmente servidas pelos mananciais (nascente de água, olho d’água, fonte perene e abundante).

Conforme diploma legal competente, a Represa Billings deveria constituir-se em repositório e garantia de qualidade das águas contidas em seu território e de toda a região metropolitana.

O engenheiro Asa White Kenney Billings, nascido em Omaha, Estados Unidos, e experiente construtor de usinas hidroelétricas é quem examina o projeto do Alto da Serra.

A empresa Light e Power começou a comprar as terras que seriam inundadas, a grande maioria improdutiva e desabitadas, com preços que se tornaram irrisórios.

O projeto estabelecia que as áreas abrangidas pelo nível estabelecido para o entorno da represa, fossem devidamente desapropriadas e as casas demolidas:

“Em Rio Grande, todas as casas da antiga Vila Velha foram demolidas e as trilhas dos índios e, depois a dos escravos negros que fugiam do interior para alcançarem Santos e Bertioga, assim como parte da Av. Bonilha” (SAAR, s.d. p. 29).

No entanto, hoje, uma grande parte da área considerada como represa fica constantemente sem lâmina de água e com brejo, formado por aguapés que comprometem a paisagem urbana, sendo que vários trechos já estão poluídos.

“A criação da represa Billings, em 1927, influenciou na formação urbana da cidade, naquele tempo o núcleo mais numeroso, a velha vila Rio Grande, era distante da capela São Sebastião, ficava do lado direito da estrada que liga Ribeirão Pires a Paranapiacaba, exatamente no sentido oposto da atual localização do centro de Rio Grande” (SAAR, s.d. p. 29).

As casas antigas habitadas pelos primeiros moradores tiveram que ser demolidas por causa da represa. A principal atividade econômica na época era a venda de madeira, tirada dos bosques e preparadas nas serrarias. Muita gente fazia carvão para enviar a Santos.

Com a construção da represa, tendo a cabeceira em Rio Grande da Serra, os arredores da igreja e do cemitério da cidade começaram a receber casas e estabelecimentos comerciais em maior número.

4.6. RIO GRANDE: 100% DE ÁREA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS

Por conta da formação da represa e dos vários rios que cortam a cidade, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires, ambas da região do Grande ABC, têm todo o seu território dentro da Lei de Proteção aos Mananciais. Abaixo, está transcrita a norma que trata dessa questão:

“Visando orientar a ocupação das bacias hidrográficas dos mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, foram promulgadas as leis 898, de 18 de dezembro de 1975, e 1172, de 17 de novembro de 1976, que delimitaram áreas de proteção aos mananciais correspondentes a 54% do território da Região Metropolitana e estabeleceram parâmetros de uso e ocupação do solo para estas áreas, buscando evitar o adensamento populacional e a poluição das águas. Ao disciplinar o uso do solo, a legislação criou duas categorias de áreas de proteção, para as quais estabeleceu parâmetros urbanísticos, elencou os usos permitidos e os critérios para a implantação dos sistemas públicos de abastecimento de água, coleta e disposição de resíduos sólidos e de esgotos. As duas categorias se dividem entre as áreas de primeira categoria ou maior restrição de uso, são sitiadas às margens das represas, dos rios e córregos, as áreas cobertas por matas, as áreas inundáveis próximas às represas e cursos d’água e as áreas de grande declividade. As áreas de segunda categoria correspondem ao restante das sub-bacias” (LEI ESTADUAL Nº 9.866/97).

Rio Grande da Serra, pertence ao grupo de áreas que estão na primeira categoria e tem 100% do seu território dentro da Lei de Proteção aos Mananciais.

Hoje por conta da ocupação desordenada do solo, da poluição e da falta de planejamento, a cidade já tem uma parte de sua região comprometida, mas ainda é uma das áreas mais preservadas do ABC. Segunda a organização não governamental SOS Mata Atlântica, Rio Grande da Serra é a única cidade da região metropolitana, que ainda tem preservado 77% de mata remanescente.

4.7. EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Em 1963, começa a acontecer no então distrito de Icatuaçu, um movimento político reivindicando a emancipação. Nesse período todas as cidades que hoje compõem o ABC, já estavam emancipadas.

Santo André e São Bernardo já haviam se tornado Municípios distintos em 1944; São Caetano do Sul se emancipou de Santo André em 1948, Mauá e Ribeirão Pires se emanciparam de Santo André em 1953 e Diadema se separou de São Bernardo do Campo em 1959.

A pretensão dos líderes do movimento era que, com a emancipação do distrito, ocorresse à anexação do território de Paranapiacaba (que pertencia a Santo André), e propunham que o nome da cidade fosse “Rio Grande da Paulicéia”.

Tramitavam na Assembléia Legislativa do Estado, dois pedidos: o do distrito de Paranapiacaba de elevação a Município e o do Município de Ribeirão Pires de anexação da área do distrito de Paranapiacaba.

O movimento emancipacionista contava com a divulgação feita através de um alto falante, instalado próximo da residência de Carlos José da Graça Veiga Carlson, titular do Cartório de Registro Civil e de Notas do distrito e que depois viria a se tornar o primeiro prefeito da cidade. O alto falante era aberto a quem quisesse defender a emancipação.

Havia também os contrários à emancipação que fizeram oposição, através de um corpo a corpo na estação ferroviária de Rio Grande. De acordo com Saar (s.d), alegavam que se o distrito fosse elevado a Município, este não teria condições econômicas para se manter (o que a história provou ser um argumento correto). A maioria dessas pessoas, como afirma Gisela Leonor Saar, era composta por moradores de Paranapiacaba.

Paranapiacaba, também buscava sua emancipação, mas os moradores não tinham interesse em vir a fazer parte de Rio Grande, sendo esse o desejo do movimento liderado por Carlos Carlson.

É realizado o plebiscito em Dezembro de 1963, cujo pleito alcançou 440 votos “SIM” dentre 600 eleitores.

Assim, pela Lei 8.050 de 31 de Dezembro de 1.963 que dispõe sobre o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado de São Paulo, é alterada a denominação de ICATUAÇU para RIO GRANDE DA SERRA (e não mais RIO GRANDE DA PAULICEIA) e ocorre a elevação do Distrito à Categoria de Município.

A Lei Nº 8.092, de 28 de Fevereiro de 1.964, complementando a Lei Nº 8.050, de 31 de Dezembro de 1.964, estabelece: “O Município de RIO GRANDE DA SERRA é criado com sede na Vila de Icatuaçu, com o território do respectivo distrito, o território desmembrado do distrito de Paranapiacaba, e suas divisas demarcadas como segue”.

Com o Município de RIBEIRÃO PIRES, estabelece a referida lê que as divisas começam:

“... no divisor Pequeno/Grande no ponto do cruzamento com o contraforte da margem esquerda do córrego de J. Romaldino segue por este contraforte em demanda da foz deste córrego no rio Grande, continua pelo contraforte fronteiro, entre as águas do rio Grande e Ribeirão da Estiva, à direita e as de Ribeirão Pires, à esquerda até o divisor Grande Taiapuêba; prossegue por este divisor até cruzar com o divisor entre os ribeirões Taiapuêba Mirim e Balainho”.

Com o Município de SUZANO, a divisa: “começa no divisor Grande Taiapuêba, no ponto de cruzamento com o divisor entre os ribeirões Taiapuêba Mirim e Baladinho, segue pelo divisor Grande Taiapuêba até cruzar com o contraforte entre os Ribeirões Estiva e Araçáiva”.

E com SANTO ANDRÉ:

“se incia no divisor entre os rios Grande e Taiapuêba no ponto de cruzamento com o contraforte entre o ribeirão da Estiva, à direita e o ribeirão Araçáiva, à esquerda segue por este contraforte em de manda da foz do córrego Teixeira no rio Grande, sobe pelo córrego Teixeira até a sua cabeceira no divisor entre o rio Grande à direita e o rio Pequeno, à esquerda prossegue por este divisor até cruzar com o contraforte da margem esquerda do córrego de JRomaldino, onde tiveram início estas divisas” (SERRANO, 2007).

4.8. UM PONTO DE LITIGIO: A FÁBRICA DA ELETROCLORO (ATUAL SOLVAY)

Com a demarcação conforme Lei acima, as áreas de propriedade das INDÚSTRIAS QUÍMICAS ELETRO CLORO S.A., hoje SOLVAY DO BRASIL S.A, cuja dimensão situa-se na região limítrofe entre Rio Grande da Serra e Santo André, são incluídas no território de Rio Grande da Serra.

“O Município de Santo André, inconformado, interpõe Mandato de Segurança perante a 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contra o ato da Assembléia Legislativa que modificara as linhas demarcatórias e continuou a lançar e cobrar os tributos municipais e auferir a arrecadação da parcela que lhe cabe dos impostos estaduais” (SAAR, s.d., p. 31).

A decisão do Mandado de Segurança é favorável ao Município de Santo André, em 13 de Outubro de 1.964.

Por sua vez, Rio Grande da Serra interpõe Recurso Extraordinário, que acaba sendo julgado contrariamente a seu favor, em 13 de Maio de 1.967. Como consequência, é editado Decreto-lei 22 de 17 de Abril de 1.970, o qual restabelece as linhas demarcatórias, integrando a área litigiosa à jurisdição do Município de Santo André.

Trata-se da luta por uma área de 70 km, e 33 quilômetros de extensão do chamado “Corredor Polonês”.

Essa disputa territorial permanece até hoje, sendo tema recorrente nas diversas eleições municipais que ocorreram. Muitas gestões políticas já foram realizadas para tentar agregar a Solvay a Rio Grande da Serra. O que norteia esse debate são os tributos pagos pela empresa a Santo André, que chegam a ser o triplo da arrecadação de Rio Grande, e o outro problema é que a empresa já causou sérios danos ao meio-ambiente da cidade, que não recebe nenhum recurso para lidar com as consequências. A empresa está incluída em uma lista da Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), que classifica áreas contaminadas no Estado de São Paulo, podendo contaminar a área com mercúrio (SERRANO 2007).

4.8.1. Origem da Solvay e criação do Corredor Polonês

A Solvay do Brasil iniciou suas atividades com a EletroCloro em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, e hoje é um grande complexo industrial, com alta tecnologia e experiência internacional: “O nome Solvay é originário de Ernest Solvay, cidadão belga, que fundou as indústrias Solvay, a empresa hoje, é uma grande multinacional atuando em vários ramos, do químico ao farmacêutico. (SOLVAY, 1991, p. 5)”.

Em plena Segunda Guerra mundial, a empresa começa a ter dificuldades de atuação em países ocupados pelos nazistas, principalmente França e a Bélgica, onde havia fábricas, e em 1941 resolve vir para o Brasil, região que não estava diretamente envolvida com a guerra e que indicava, em especial no Estado de São Paulo, perspectivas promissoras para o futuro.

O projeto consistia em produzir inicialmente duas matérias primas básicas para o desenvolvimento brasileiro: soda cáustica e cloro. Quando a empresa chegou a São Paulo, o consumo de cloro não passava de 1 tonelada/dia, e em apenas quinze anos, o mercado passaria a utilizar 150 toneladas/dia.

As instalações das Indústrias químicas Eletro Cloro S.A (depois Solvay do Brasil) foram inauguradas em 16 de julho de 1948, no local que correspondia ao KM 38 da ferrovia Santos- Jundiaí: “Essa região passaria a se chamar” Corredor Polonês “, uma alusão ao corredor de Dantzig entre a Alemanha e a Polônia, que levou a invasão nazista e ao início da 2º Guerra Mundial (Rio Grande cobiça área..., 1991)”.

O chamado “corredor polonês” do Grande ABC surgiu a partir de 1953, depois que Ribeirão Pires se emancipou de Santo André. A faixa de terra de 33 km de extensão que pertence a Santo André e faz divisa com São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, vem sendo motivo de várias disputas judiciais desde então.

O chamado corredor polonês é a faixa de terra que se estende do Distrito sede de Santo André, localizado na parte alta do mapa abaixo e vai até o distrito de Paranapiacaba, passando por vários Municípios da região. A empresa Solvay do Brasil está localizada na divisa entre Rio Grande da Serra e Paranapiacaba.

Figura 4. Mapa de Santo André.



Fonte: www.Santoandre.Sp.Gov.br

Além do processo de emancipação de Rio Grande, que teve a divisa territorial questionada por Santo André, que ganhou a ação, houve também em 1989, nova tentativa do Município, através de emenda na Constituinte Paulista, de autoria do então deputado estadual, Jurandir Paixão (PPB), mas que por uma votação de 37 a 31 votos a favor, foi rejeitada.

Essa polêmica esteve sempre presente na cidade, já que todos os governantes municipais, sem exceção, vez ou outra voltam ao tema, sugerindo que essa seria a solução econômica para a cidade. Atualmente a possibilidade de alterar o território é praticamente impossível, já que a legislação atual prevê plebiscito em todos os Municípios envolvidos.

Com a emenda constitucional nº 15 de 26-09-1996, que alterou o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal de 1988; o parágrafo 4º da Constituição passou a ter a seguinte redação:

“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito junto às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei”.

Ao questionar a empresa sobre o que ela acha dessa disputa, o Diário do Grande ABC publicou em março de 1982, em matéria intitulada “Rio Grande da Serra procura dinheiro em novos limites”, a posição do então gerente industrial do complexo da Solvay, o belga Guy Debbaudt, que afirmou:

“Para nós, absolutamente, pouco interessa essa história toda. Nos produzimos e contribuimos para o desenvolvimento do Brasil, pagando nossos impostos e trazemos divisas à Nação. Se tivermos de recolher nossos tributos a Rio Grande da Serra ao invés de Santo André, não nos faz diferença. Afinal, que se mudem as divisas, mas as fábricas não irão se mover um milímetro sequer, para frente ou para trás”.

4.9. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

4.9.1. Indicadores de Desenvolvimento

Investigar o estágio de desenvolvimento de uma sociedade é uma tarefa extremamente desafiante, visto a inexistência de um indicador absoluto, consensual, inquestionável, medir qualidade de vida talvez seja um dos maiores desafios dos estudiosos das ciências sociais, pela própria subjetividade intrínseca.

Nessa pesquisa utilizaremos dois indicadores de desenvolvimento; o IDH, formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o IFDM, indicador criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Depois trabalharemos alguns dados separados que são utilizados por essas metodologias.

A principal diferença metodológica entre os dois indicadores consiste na média aritmética dos três grandes blocos, que variam de zero a um: emprego e renda – o IFDM utiliza ao invés do PIB per capita, a geração de vagas formais e salários médios de até três mínimos; nos dados sobre saúde, agrega o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e mortes infantis evitáveis no lugar da longevidade; e na área de educação: trabalho com educação infantil, taxa de abandono escolar, distorção idade/série, qualificação

dos professores e desempenho das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e não apenas dos indicadores de escolaridade incorporados ao IDH.

A periodicidade dos dois também é diferente, o IFDM é anual e o IDH-M é produzido a partir de dados do Censo Demográfico, que é decenal.

4.9.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Considerando o Município de Rio Grande da Serra, objeto deste estudo, em 2000 a cidade obteve a pontuação de 0,764 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)¹. Segundo a classificação do IDH-M, o Município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Porém, considerando os Municípios do Estado de São Paulo o quadro de Rio Grande da Serra é ruim: ocupa a 437^a posição, sendo que apenas 208 Municípios (32,4%) estão em situação pior ou igual, ou seja, a cidade situa-se no terço inferior desse conjunto de cidades.

¹A metodologia de cálculo do IDH (desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) envolve a transformação de três dimensões (longevidade, educação e renda), que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese.

Quadro 4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Região do Grande ABC - 2000.

Municípios	IDH-M
São Caetano do Sul	0,919
Santo André	0,835
São Bernardo do Campo	0,834
Ribeirão Pires	0,807
Diadema	0,790
Mauá	0,781
Rio Grande da Serra	0,764

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil IPEA/PNUD

Tomando como parâmetro a cidade de São Caetano do Sul, Município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e paradoxalmente inserido na mesma região, se Rio Grande da Serra mantivesse a mesma taxa de evolução do IDH-M (comparando os resultados de 1991 e 2000), levaria mais de 30 anos para alcançar o resultado de São Caetano do Sul.

4.9.3. Índice de Desenvolvimento Municipal - IFDM

O sistema FIRJAN apresenta o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) pelo segundo ano consecutivo (2005 e 2006), cuja metodologia se destaca pela periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional que possibilita o

acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social dos Municípios brasileiros. O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados – por áreas de desenvolvimento ou do índice final – é bastante simples, com o indicador variando entre 0 e 1, sendo maior o nível de desenvolvimento municipal quanto mais próximo de 1.

Tabela 4. IFDM da Região do Grande ABC – 2005 e 2006.

MUNICÍPIOS	IFDM 2005	IFDM 2006
Santo André	0.8638	0.8718
São Bernardo do Campo	0.8734	0.8583
São Caetano do Sul	0.9330	0.9524
Diadema	0.8690	0.8574
Mauá	0.8296	0.8301
Ribeirão Pires	0.8235	0.8287
Rio Grande da Serra	0.7267	0.7457

Fonte: Sistema Firjan – Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

Na tabela 4, a partir dos resultados de 2005 e 2006, constata-se que dentre os sete Municípios da Região do Grande ABC, exceto São Bernardo do Campo e Diadema, os demais registram evolução nos resultados do último levantamento. Na próxima tabela verificamos a classificação nacional por Município.

Tabela 5. Classificação nacional do IFDM dos Municípios da Região do Grande ABC.

Municípios	2005	2006
Santo André	51°	39°
São Bernardo do Campo	32°	63°
São Caetano do Sul	2°	1°
Diadema	42°	67°
Mauá	127°	126°
Ribeirão Pires	139°	134°
Rio Grande da Serra	740°	559°

Fonte: Sistema Firjan – Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

Dos Municípios da Região, o destaque é a disparidade entre São Caetano do Sul (primeiro lugar) e Rio Grande da Serra no 559° lugar, ratificando as desigualdades regionais.

4.9.4. Demografia

A tabela 6 com a proporção do território e população do Grande ABC aponta Rio Grande da Serra como o antepenúltimo Município em área e o último em população da Região.

Tabela 6. Distribuição da área e população dos Municípios da Região do Grande ABC.

Município	Área Km ²	%	População 2010	%
Santo André	174,84	21,2	683.336	26,0
São Bernardo do Campo	406,18	49,2	828.985	31,0
São Caetano do Sul	15,36	1,9	149.213	5,7
Diadema	30,65	3,7	401.217	15,1
Mauá	62,29	7,5	427.512	16,0
Ribeirão Pires	99,18	12,0	123.791	4,6
Rio Grande da Serra	36,67	4,4	44.689	1,7
Região do Grande ABC	825,17	100,0	2.658.743	100,0

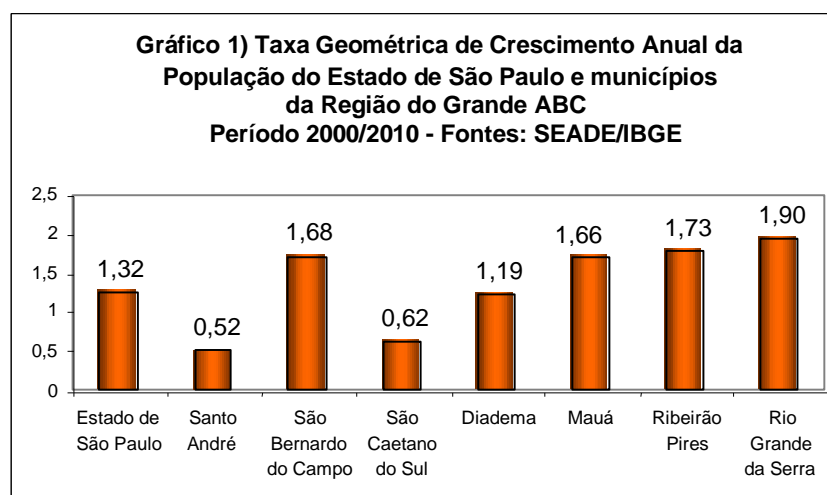
Fonte: IBGE/SEADE – Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

Quanto à densidade demográfica (Número de habitantes por Km²), a tabela 7 destaca Rio Grande da Serra como o Município com menor concentração populacional do ABC.

Tabela 7. Densidade demográfica dos Municípios da Região do Grande ABC – 2010.

Municípios	Densidade Demográfica
Santo André	3.908,35
São Bernardo do Campo	2.040,93
São Caetano do Sul	9.714,39
Diadema	13.090,28
Mauá	6.863,25
Ribeirão Pires	1.249,14
Rio Grande da Serra	1.218,68
Região do Grande ABC	3.222,05

Fonte: IBGE/SEADE – Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho



Quanto aos resultados da Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População, no período 2000/2010 verifica-se um crescimento populacional do Estado de São Paulo de 1,32% ao ano, os Municípios da Região também registraram elevação, porém o índice de Rio Grande da Serra foi o maior registrado: 1,90% ao ano. Isto pode ser observado no Gráfico I.

Ao crescimento populacional de Rio Grande da Serra vincula-se a sua condição de cidade dormitório. A baixa oferta de serviços e a distância é um dos componentes do “custo da terra”. Nesse sentido, convém resgatar a argumentação de Vera Rezende (1982, p. 20) que salienta a lógica do mercado na aparente desordem do espaço urbano quanto ao valor da terra.

“A ocupação do espaço urbano é regulado por esse valor, principal elemento mediador de sua apropriação. A cidade torna-se, assim, um potencial de consumo como qualquer outro produto; consumo que se realiza segundo as possibilidades de renda de seus habitantes. A cidade torna-se mercadoria”.

Dessa incapacidade de consumir resulta a ocupação das áreas periféricas, que se caracteriza pelo baixo custo fundiário. “No caso das cidades brasileiras, os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que à distância do centro aumenta” (Rezende, 1982, p. 20).

Koga (2003) ressalta que, comumente, o território tem sido considerado apenas como uma referência de localização da população e não como o “espaço de produção e reprodução das relações sociais”. Como exemplo cita o processo de empobrecimento da população, onde “o território é considerado mais como um ‘acidente de percurso’ do que um percurso de fato” (Koga, 2003 p. 72).

4.9.5. Moradia

Neste sentido, a autora supracitada ressalta o diferencial do conceito de exclusão social – “mais abrangente e multidimensional”, comparado às mensurações tradicionais de índice de pobreza, pois o primeiro utiliza-se da variável território como “fator conjugado de análise junto à dimensão populacional”. Afirma então, que “a exclusão social é também territorial”. Portanto, na medida em que estudos demográficos contemplam os territórios locais, “as desigualdades se tornam mais visíveis e gritantes”. (Koga, 2003 p. 72).

A tabela 8 mostra que as condições de moradia refletem a situação de exclusão social.

Tabela 8. Domicílios Particulares Permanentes, segundo as condições de moradia: Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul – Censo 2000.

Local	Adequada	Semi-adequada	Inadequada	Total
Estado de São Paulo	63,4%	35,8%	0,7%	10.358.598
Região do Grande ABC	63,2%	36,8%	0,1%	661.714
Rio Grande da Serra	41,9%	56,6%	1,6%	9.722

Fonte: IBGE – Censo 2000. Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

4.9.6. Educação

Nas últimas décadas, as estatísticas sobre Educação no Brasil, produzidas pelo IBGE, têm fornecido importantes indicadores, que melhor caracterizam essa questão em relação à população brasileira. As informações sobre alfabetização foram investigadas sistematicamente desde 1950, o que possibilitou a construção de séries históricas pelos quais se acompanha o grau de desenvolvimento dos diversos segmentos etários da população.

Quadro 5. Taxas de Analfabetismo (população a partir de 15 anos de idade) dos Municípios da Região do Grande ABC.

Municípios	Taxa de Analfabetismo
Santo André	4,5%
São Bernardo do Campo	5,0%
São Caetano do Sul	3,0%
Diadema	6,8%
Mauá	6,6%
Ribeirão Pires	5,4%
Rio Grande da Serra	8,4%

Fonte: IBGE – Censo 2000

As estatísticas educacionais são de extrema importância, tanto para detectar as demandas por educação nas esferas federal, estadual e municipal, como para subsidiar as políticas específicas. Além disso, em certa medida, também dimensionam a qualidade dos serviços prestados. As recentes mudanças no sistema educacional brasileiro, decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), e a contextualização do Brasil no âmbito do Mercosul exigem constante atualização dos dados por parte do IBGE. Apesar de o Censo Demográfico 2000 ter mensurado a alfabetização para pessoas acima de 5 anos de idade, neste estudo optou-se por focar o analfabetismo² a partir dos 15 anos de idade, por considerarmos este grupo etário o mais indicado para detectar os níveis de exclusão educacional. São Caetano do Sul apresenta o melhor resultado da região, com uma taxa de 3% de analfabetos na população a partir de 15 anos de idade. Rio Grande da Serra, no outro

² Considerou-se alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia.

extremo, tem o índice mais elevado (8,4%) – quase o dobro de Santo André, a segunda melhor taxa.

4.9.7. Trabalho

No Censo 2000, a investigação de trabalho e rendimento abrangeu as pessoas a partir de 10 anos de idade, que foram classificadas em dois segmentos: pessoas economicamente ativas³ e pessoas não economicamente ativas, que estão representadas pela tabela 9. Rio Grande da Serra registra o menor percentual da Região do Grande ABC (55,8%).

Tabela 9. População Economicamente Ativa (%) nos Municípios da Região do Grande ABC – Censo 2000.

Município	População (10 anos de idade ou mais)	PEA
Santo André	552.571	58,4%
São Bernardo do Campo	584.609	61,1%
São Caetano do Sul	124.792	59,0%
Diadema	289.522	62,4%
Mauá	293.058	57,8%
Ribeirão Pires	87.01	58,3%
Rio Grande da Serra	29.41	55,8%

Fonte: Microdados Censo 2000. Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

³ POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: pessoas (a partir de 10 anos de idade) que declararam ter algum trabalho ou estarem à procura de uma ocupação.

4.9.8. Mortalidade Infantil

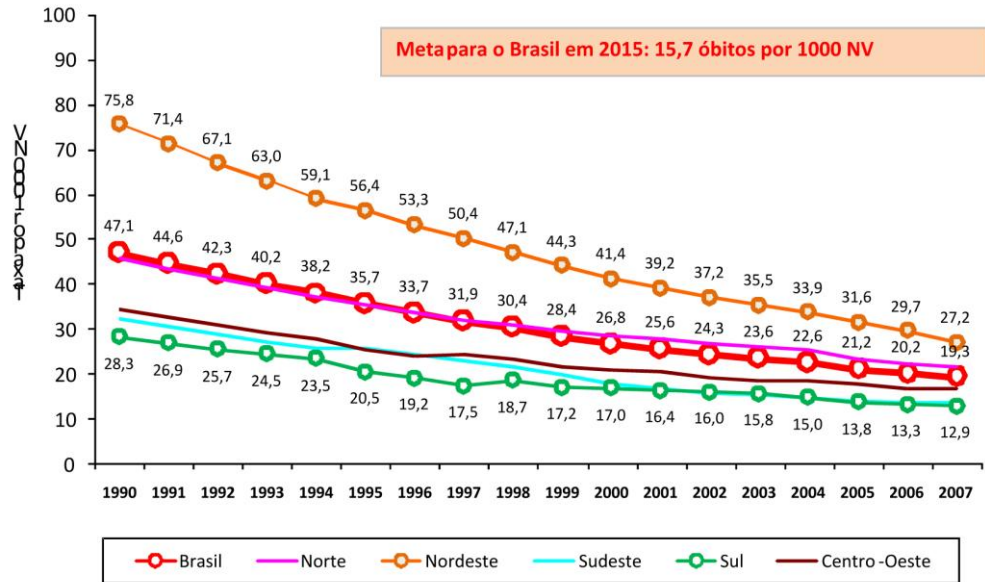
A taxa de mortalidade infantil⁴ é um indicador muito importante, corresponde ao número de crianças que vão a óbito antes de atingir um ano de idade. No caso do Brasil, esta taxa mantém tendência contínua de queda desde 1990. Passou de 47,1 óbitos para cada mil bebês nascidos, para 19,3 em 2007, uma redução de 59,7% nesse período. Atualmente o Brasil está em condições de atingir a meta fixada pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 15,7 mortes por nascidos vivos, em 2015. (Ministério da Saúde)

O gráfico 2, confeccionado pelo Ministério da Saúde, ilustra a situação nas regiões do país.

⁴Relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período (geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período, segundo a fórmula:

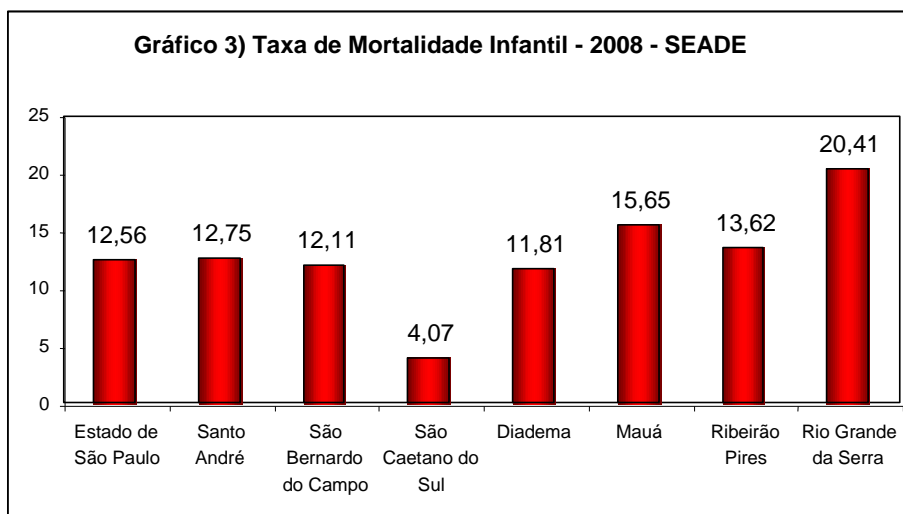
$$\text{Taxa de mortalidade infantil} = \frac{\text{óbitos de menores de um ano} \times 1000}{\text{Nascidos Vivos}}$$

**Gráfico 2. Evolução das taxas de Mortalidade infantil das regiões do Brasil.
Período 1990/2007**



Fonte: Ministério da Saúde

O gráfico 3 traz os resultados do Estado de São Paulo e dos Municípios da Região do Grande ABC.

Gráfico 3. Taxa de mortalidade infantil 2008

Fonte: SEADE

O elevado índice de mortalidade infantil é proveniente de dois problemas ou causas: o rendimento familiar que afeta diretamente a quantidade e a qualidade da alimentação, como também as condições médico-sanitárias, como ausência de pavimentação, esgoto, água tratada e condição da moradia.

Em 1991 o indicador de mortalidade infantil de Rio Grande era de 27,9 crianças e em 2000, de 18,4. O dado atual mostra que houve uma regressão preocupante.

Comparando os dois gráficos, embora o gráfico 4 contenha dados de 2008 e o 3 de 2007, o resultado indica que Rio Grande da Serra está em um patamar elevadíssimo de mortalidade comparado aos demais Municípios da região e se encontra próximo dos indicadores do nordeste e norte do país.

4.9.9. Dados Econômicos

O PIB per capita foi o indicador mais utilizado há algum tempo atrás para se avaliar o desenvolvimento de uma região. Todavia, se sabe que este indicador simplesmente é a expressão do quociente do total da produção de bens e serviços pelo número de habitantes, portanto uma média produtiva, quantitativa, longe de ser qualitativa e, a partir daí, se constituir em indicador social.

Entretanto, sua grande contribuição é o de indicar, por habitante, que quanto maior a geração de riqueza maior é a transformação de fatores de produção em âmbito local, o que aponta para um maior dinamismo da economia, com potenciais reflexos no conjunto da sociedade. A dimensão per capita permite comparabilidade com outras economias. Na tabela 10 fica clara a disparidade entre a capacidade econômica de Rio Grande da Serra e das demais cidades da região, além de ficar também muito abaixo da média do Estado.

Tabela 10. Produto Interno Bruto total e per capita a preços correntes. Dados de 2007.

Estado de SP e Municípios do ABC	PIB (em milhões de reais)	PIB per capita (em reais)
Estado de São Paulo	902.784,27	22.667,25
Santo André	13.387,24	20.044,06
São Bernardo do Campo	25.533,81	32.677,42
São Caetano do Sul	9.047,61	62.458,89
Diadema	8.652,72	22.371,23
Mauá	5.393,24	13.394,59
Ribeirão Pires	1.355,23	12.660,22
Rio Grande da Serra	310,07	7.895,89

Fonte: Fundação SEADE

Tabela 11. Comparativo do PIB do Grande ABC – 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 (em milhões de reais).

Cidade	2003	2004	2005	2006	2007	2003 vs. 2007 (%)
Santo André	10.030	11.423	11.272	11.674	13.387	33,47
São Bernardo do Campo	15.836	17.899	18.329	20.566	25.533	61,23
São Caetano do Sul	5.116	6.140	8.076	9.378	9.047	76,84
Diadema	5.144	5.960	7.249	7.747	8.652	68,20
Mauá	4.244	4.711	4.772	5.099	5.393	27,07
Ribeirão Pires	866	1.024	1.137	1.270	1.355	56,47
Rio Grande da Serra	166	221	246	290	310	86,75
Total	41.402	47.378	51.081	56.024	63.677	53,80

Fonte: IBGE

A tabela 11 mostra que Rio Grande da Serra teve o maior crescimento da região no Produto interno Bruto (PIB), chegando a 86,75% de 2003 a 2007. O que pode explicar esse fato é o fortalecimento da indústria de autopeças local e o surgimento de novas empresas na cidade.

Em consequência do baixo nível de produção de riqueza na cidade, a renda per capita também é a mais baixa da região e abaixo da média do Estado, o que prova a situação de pobreza na qual vive a população. O quadro 3 comprova a situação de pobreza da população de Rio Grande da Serra e as disparidades regionais.

Quadro 6. Renda per capita (em salários mínimos) do Estado de São Paulo e dos Municípios do ABC. Dados de 2000

Estado de SP	2,92
Santo André	3,39
São Bernardo do Campo	3,34
São Caetano do Sul	5,48
Diadema	1,94
Mauá	1,82
Ribeirão Pires	2,39
Rio Grande da Serra	1,30
Fundação Seade/IBGE	

Fonte: Fundação SEADE/IBGE

Os indicadores sociais mostram claramente que a cidade está em uma posição desfavorável, tem os piores índices da região e, em alguns casos, está abaixo da média do estado de São Paulo. Exemplo disso é a taxa de mortalidade infantil que aumentou, a taxa de analfabetismo que é alta, a renda per capita próxima de um salário mínimo.

Interessante também notar que, embora localizada em área de preservação, o crescimento geométrico da população é o maior da região e acima da média estadual, e a consequência natural é o número alto de moradias precárias e ocupação de áreas de proteção ambiental.

Merece destaque o crescimento do PIB, que indica uma melhora significativa no crescimento, mas que aliado aos outros indicadores, mostra que muito ainda precisa ser feito para que a cidade se desenvolva e atinja patamares aceitáveis de qualidade de vida.

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas com os sujeitos desse estudo foram interpretadas com base na análise de conteúdo, ou seja, desenvolvida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação. Na fase de pré-análise foram levantados documentos e literaturas referentes à cidade de Rio Grande da Serra, e realizado levantamento dos indicadores socioeconômicos referentes à cidade e à região. A segunda fase se deu pela exploração do material e do conteúdo que abordavam conceitos e informações relevantes à dissertação. Na terceira fase, o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, objetivaram tornar os dados válidos e significativos. O texto apresentado a seguir é o resultado da confrontação entre as informações já existentes e as entrevistas realizadas.

Para facilitar a compreensão das declarações, as respostas foram agrupadas e estão reunidas em tópicos.

5.1. Desenvolvimento socioeconômico da cidade nos últimos 10 anos e as causas da fragilidade local e das disparidades regionais

Os indicadores socioeconômicos mostram que na comparação dos dados de Rio Grande da Serra com os dos outros Municípios da região, a cidade se encontra bastante fragilizada, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, coloca Rio Grande entre os piores Municípios do Estado de SP. Embora na classificação nacional do Sistema Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) comparando 2005 e 2006, a cidade tenha evoluído, mesmo assim se manteve num gueto frente à região.

Ao questionar os entrevistados com relação às causas dessa fragilidade, houve uma convergência de opiniões, que serão apresentadas a seguir:

Em primeiro lugar ela remonta a emancipação da cidade em 1965. Para os entrevistados o movimento de emancipação foi determinado pelo interesse em que a futura cidade recebesse os tributos da então empresa Elclor do Brasil, hoje Solvay do Brasil, o que não ocorreu.

Para o ex-prefeito Ramón Velásquez o que prevaleceu naquela época foram os interesses imobiliários, e isto tanto é verdade que quem liderou a campanha pela emancipação foi o dono do cartório.

Com o processo de industrialização do ABC, Rio Grande da Serra teve um crescimento populacional vertiginoso em comparação com a região e o estado, como mostrado na tabela 11. As principais razões foram o baixo custo fundiário e a proximidade com os centros industriais. Esse foi mais um problema para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Tabela 12. População residente no estado de São Paulo, região do Grande ABC e Rio Grande da Serra – 1970, 1980, 1991 e 2000.

	1970	1980	Evolução 1970-1980	1991	Evolução 1980-1991	2000	Evolução 1991-2000
Estado de SP	17.771.948	25.040.712	40,9%	31.588.925	26,2%	37.032.403	17,2%
Região do Grande ABC	988.677	1.652.794	67,2%	2.048.674	24,0%	2.354.722	14,9%
Rio Grande da Serra	8.397	20.091	139,3%	29.901	48,8%	37.091	24,0%

Fonte IBGE – Censos 1970, 1980, 199 e 2000 (Elaboração Maria Aparecida de Carvalho).

Em 1976, com a promulgação da Lei de Proteção aos Mananciais, Rio Grande da Serra teve 100% de seu território incluído em área de proteção, o que restringiu a industrialização e em consequência o repasse de verbas para o Município. Maria Inês Soares, ex-presidente do Consorcio de Prefeitos cita em sua entrevista que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem em sua composição no estado de São Paulo, em torno de 76% de valor adicionado, que é definido quase que completamente pelas atividades industriais, desse modo às cidades onde não existe parque industrial, estão fadadas a ter uma baixa receita.

Gisela Saar, em sua pesquisa sobre a formação do Município, afirma que a cidade entre as décadas de 1960 e 1970 era uma das maiores produtoras de flores da região, mas que

com as chuvas ácidas causadas pela poluição vinda de Cubatão e com a partida da colônia japonesa que vivia na cidade, o cultivo acabou.

Depois ocorreu a abertura de algumas indústrias, mas que acabaram sendo fechadas ou vendidas, como é o caso da metalúrgica Pollone que foi vendida para a americana Dura Automotive. Outras como a empresa Íris, fabricante de calçados, fecharam por conta da crise econômica na década de 1980.

O atual prefeito Adler Teixeira Jardim, afirmou que conseguiu levar duas novas empresas para Rio Grande, uma de produção de produtos alimentícios e outra da área de transporte, porque houve condições de uso de áreas que já haviam sido desmatadas pelas empresas que fecharam.

Nos últimos anos, houve crescimento do Produto Interno Bruto, graças ao crescimento econômico gerado com a abertura dessas novas empresas e outras nas áreas de serviço e comércio.

Mesmo assim, os indicadores sociais continuam sendo preocupantes; exemplo disso é o aumento da mortalidade infantil na cidade. Esses fatores demonstram que a cidade continua carecendo de um projeto de desenvolvimento que gere melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Para Fausto Cestari, o fato de Rio Grande da Serra ser a cidade mais jovem do ABC, contribui para que o seu desenvolvimento seja diferenciado das outras cidades.

Essa realidade, aliada ao fato da cidade não contar com a sociedade civil e o poder público organizados, revela algumas das razões para as disparidades regionais colocadas.

5.2. As ações do poder público local que propiciam o desenvolvimento da cidade.

O atual prefeito da cidade, Adler Teixeira Jardim e o anterior, Ramón Velásquez, concordam em que a grande dificuldade para a proposição de ações para o desenvolvimento da cidade está na falta de recursos, o que poderia ser parcialmente resolvido com uma lei de compensação ambiental para os Municípios incluídos em área de proteção ambiental.

Adler Teixeira, afirma que sua gestão investiu em trazer empresas para plantas que já haviam sido exploradas anteriormente e, portanto, sem restrições legais, e que vem

incentivando projetos de cooperativas de produção artesanal, mas que tem dificuldades orçamentárias para novos projetos. Comparou que o orçamento de Rio Grande da Serra é menor do que o da Câmara Municipal de Santo André.

Adler entende que a única solução para que a cidade tenha de fato condições de se desenvolver passa pela criação de um imposto para compensação ambiental para as áreas de preservação. Ele afirma que faz gestões nesse sentido junto aos órgãos competentes.

O prefeito anterior, Ramón Velásquez, avalia que a cidade deveria investir na área de lazer, entretenimento e ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável e que trilhou esse caminho em sua administração, mas como não houve continuidade dos projetos, eles não vingaram.

Tudo indica que o poder público não tem um planejamento de ações definido para um projeto de desenvolvimento consistente e, em consequência, não existe um processo articulado com as entidades da região e com a sociedade local na busca por soluções.

5.3 Como as instituições e empresas têm atuado para fomentar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da cidade?

A ACIARGS (Associação Comercial de Rio Grande da Serra), através de seus membros, afirmou na entrevista que vem atuando no sentido de organizar os comerciantes para influenciar nos debates dos conselhos municipais, a fim de fomentar o desenvolvimento da cidade e com isso aumentar o investimento no comércio. Através de uma pesquisa que a entidade realizou em 2008, foi constatado que existem cerca de 630 estabelecimentos comerciais, sendo que desses 72% possuem registro na prefeitura, 34% no estado e prefeitura e 27% em todos os órgãos: federal, estadual e municipal, com CNPJ ativo. Outro quesito interessante é o que se refere ao uso da informática: 35% dos estabelecimentos possuem equipamento de informática, mas somente 30% os utilizam para gestão e pesquisa.

Esses números mostram claramente a falta de política e de incentivo aos pequenos empresários. Ações nesse sentido poderiam melhorar a oferta e a qualidade do comércio e dos serviços, gerar empregos e incentivar o consumo local.

Na opinião de Sergio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região, as entidades vêm atuando no sentido de fomentar o debate sobre o desenvolvimento regional,

através dos fóruns regionais, e nesses espaços as demandas municipais são colocadas e a busca por soluções se dá de forma coletiva e planejada. Alerta, porém, que o poder público tem o papel fundamental na apresentação de um projeto ousado para a cidade e que hoje existe uma acomodação.

Para Gisela Saar, historiadora e pesquisadora, não existe uma atuação precisa das entidades e empresas, e falta fortalecer a auto-estima da população, para que exista uma participação mais crítica e consciente, na busca por soluções.

5.4 Projetos e ações realizados pelos fóruns regionais com o objetivo de fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável de Rio Grande da Serra

Maria Inês Soares, ex-presidente do Consorcio Intermunicipal de prefeitos, destaca que não é possível imaginar que no debate das proposições para o desenvolvimento regional, algum Município irá abrir mão de seus projetos em favor de outro, mas acredita que todos os Municípios, dentro de uma articulação regional, tendem a ganhar.

Lembra que em sua gestão foi confeccionado um projeto para a criação de compensação financeira para os Municípios que estão em áreas de mananciais. Isso iria favorecer todos os Municípios do ABC, com exceção de São Caetano do Sul, que não tem área de preservação. Houve acordo entre todos para o envio do projeto à Assembleia estadual, mas o projeto não vingou, por conta dos interesses de outros Municípios que não têm a mesma realidade.

O atual prefeito e presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, Adler Teixeira Jardim, afirma que hoje a região discute a criação de um pólo tecnológico e defende que Rio Grande deva participar de forma efetiva; nesse sentido, uma alternativa poderia ser a instalação de uma universidade na cidade. Além disso, existe a discussão dentro da agência do investimento em turismo na região, o que colocaria a cidade no roteiro do ecoturismo.

Fausto Cestari, coordenador executivo do Consorcio intermunicipal do Grande ABC, entende que a região precisa ter as universidades intrinsecamente ligadas ao futuro, com pesquisas aplicadas para contribuírem com o desenvolvimento de Rio Grande da Serra e das demais cidades da região.

5.5. É possível conciliar desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade em Rio Grande da Serra?

Todos os entrevistados disseram que é possível e necessário conciliar desenvolvimento e meio ambiente, mas que não é uma tarefa fácil, diante do fato de que ainda é a indústria a protagonista principal do desenvolvimento no mundo.

Para Fausto Cestari, coordenador executivo do Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, o poder público local deveria investir em ter uma equipe técnica com capacidade em captação de recursos para projetos de cunho ambiental, sendo uma das alternativas a busca pelos créditos de carbono. Outras ações poderiam focar no investimento em áreas como o turismo, a pesca, lazer e entretenimento.

Fausto lembra que hoje o debate principal está na divisão dos royalties do pré-sal, mas que deveria ser discutido também os “royalties” para as cidades dedicadas à preservação, já que elas são fundamentais para a manutenção dos recursos hídricos e atmosféricos, que beneficiam toda a população atual e futura.

Para ele, a região ainda tem grandes desafios com relação ao desenvolvimento, mas caso as cidades não tivessem optado pela organização em fóruns coletivos, a assimetria entre elas seria ainda mais desigual.

O atual prefeito concorda com Fausto Cestari e acrescenta que quando a lei dos mananciais foi criada ela restringiu a industrialização, mas não o crescimento populacional.

Ramón Velásquez diz que a lei de proteção é a lei do abandono, já que não oferece solução para as cidades que têm por obrigação preservar o meio ambiente, sem ter suporte financeiro para isso.

Gisela Saar, concorda que é possível conciliar meio ambiente e desenvolvimento, mas não conhece nenhuma iniciativa que esteja sendo tomada nesse sentido.

A conferência mundial sobre meio ambiente ocorrida em 2009 em Copenhague, mostrou que a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento é o grande desafio mundial das nações e que a solução para esse tema ainda não está dada. No ambiente local, ela também não é tão simples. Rio Grande da Serra, por exemplo, é única cidade da região metropolitana

que detém 70% de Mata Atlântica preservada, mas não existe nenhuma política local, regional, estadual ou federal de conservação desse patrimônio.

5.6. Perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico da cidade

Todos os entrevistados concordam que a viabilidade econômica para a cidade não conta com solução no curto prazo, mas que passa necessariamente por uma tomada de atitude do Município, que deveria articular proposições em conjunto com a sociedade civil, empresários e entidades para assim fortalecer as ações e influir junto aos organismos regionais, o estado e a união.

O turismo ecológico, a pesca, os esportes aquáticos e o artesanato, são alguns dos exemplos de segmentos que poderiam ser explorados pelo Município, que tem características distintas frente ao restante da região.

A falta de política da União e do estado para as áreas de proteção ambiental é um dos graves problemas para desenvolvimento local. Portanto cobrar e articular mudanças para essas áreas é uma das tarefas dos organismos regionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa apontam para a confirmação das desigualdades socioeconômicas existentes no Grande ABC, sinalizadas por uma série de indicadores que colocam Rio Grande da Serra à margem do desenvolvimento da região. Embora o ABC expresse claros traços de identidade regional, continua longe de ser um espaço integralmente homogêneo, com desigualdades sociais e econômicas marcantes entre os Municípios.

Rio Grande da Serra tem 100% de seu território em área de manancial, o que restringe o crescimento econômico da cidade. Isto a colocou também à margem do processo de industrialização do ABC. Graças ao baixo custo fundiário, a cidade cresceu de forma desordenada no mesmo período, recebendo os trabalhadores migrantes que deslocaram-se de suas regiões para morar na cidade, com o objetivo de trabalhar nas grandes indústrias que se instalaram nas cidades vizinhas do ABC. Esse crescimento desordenado gerou desemprego, pobreza, educação precária e o uso indiscriminado de recursos naturais. Esta somatória faz com que o Município esteja completamente fora dos padrões sociais das outras cidades.

O processo de emancipação da cidade pode ter sido a origem dessa situação, já que aconteceu baseado nos recursos que poderiam advir da então Eletrocloro, hoje Solvay do Brasil. Essa expectativa foi responsável por mais de 20 anos de disputa judicial com o Município de Santo André e foi determinante para a atual divisão geográfica do ABC. Cidade mais organizada e com poder político forte, Santo André optou em criar, com o apoio da Assembléia legislativa de SP, uma faixa de terra que se estende da cidade até Rio Grande da Serra, chamada popularmente de “Corredor Polonês”, e dessa forma manter a empresa sob seu território.

Outro fator a ser considerado para a estagnação socioeconômica de Rio Grande da Serra corresponde à ausência de projetos relevantes de desenvolvimento socioeconômico para a cidade, desde sua emancipação, apontando os limites e fragilidades das lideranças locais, seja no campo dos agentes públicos como da sociedade civil e da iniciativa privada.

Cabe ressaltar que a região do ABC foi uma das primeiras do país a se articular por meio de organismos regionais para planejar ações para o desenvolvimento econômico sustentável de forma cooperada com todas as cidades membros. A experiência do ABC serviu

inclusive de exemplo para outras localidades, mas diante da realidade exposta na pesquisa, fica claro que ainda falta muito para que as ações regionais sejam de fato abrangentes e envolvam os menores Municípios com o mesmo grau de importância que os maiores e mais influentes.

Por outro lado fica claro que se não houvesse os fóruns regionais as diferenças entre os Municípios seria ainda maior e a capacidade de articulação ficaria restrita, nesse caso as cidades menores seriam as mais prejudicadas. Mas, também está claro que falta uma visão mais abrangente e de futuro, desses organismos para com a sustentabilidade da região.

No caso de Rio Grande da Serra, tudo indica que a falta de ousadia do poder público e organização popular e das instituições para articular com as lideranças regionais, o governo estadual e federal, projetos singulares para o desenvolvimento da cidade, é a responsável por não existir um processo de mobilização e de discussão de soluções para o Município.

A falta de iniciativa do governo do estado em organizar as regiões metropolitanas se constitui também em um problema para o desenvolvimento regional.

A possibilidade de conciliar meio ambiente e desenvolvimento deve ser o maior desafio que a humanidade terá que enfrentar nesse século. No caso da região do Grande ABC, que conta com 56% de área de proteção aos mananciais e de Rio Grande da Serra, com 100%, as possibilidades existem, mas precisam ser planejadas com urgência, já que a cada dia a degradação e a ocupação, dessas áreas, aumentam.

Por fim, a pesquisa nos mostra que mesmo no contexto regional de progresso (em todos os sentidos) vivido pelo Grande ABC, foi possível emergir uma sub-região marcada pela pobreza e pelo atraso. Isso nos leva ainda a considerar uma necessidade maior de investigação das possibilidades de mudança nesse quadro e também a uma análise mais profunda da eficiência e eficácia dos fóruns que nasceram com a missão de criar alternativas para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação: **os governadores e redemocratização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, USP, 1998.

AMARAL Filho, J. Desenvolvimento Regional Endógeno: **(re) construção de um conceito, reformulação das estratégias**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n. 3, p.325-346, Jul/set, 1995.

ALBURQUERQUE Llorens, F. Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, cap. 3 e 4, 2001.

APPEZZATO, Raquel. **Capacitação Ocupacional e Desenvolvimento local sustentável**. 2006, p 200. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de São Paulo, Piracicaba.

CÂMARA REGIONAL DO ABC. **A região encontra soluções**. Santo André. Jan. 2000.

CAPOBIANCO, J. P. R. Billings 2000: ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo: **relatório de diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da Billings no período de 1989-1999**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

CARVALHO, Maria Aparecida de. Perfil Demográfico Intra-urbano de São Caetano do Sul: **uma ferramenta de gestão**. 2004, 101 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul.

CERTO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4ª Ed., São Paulo: Makron Books, 1996.

CLEMENTE, F. D. F. O Planejamento e a gestão para o Desenvolvimento Sustentável: **O caso da cidade de Jundiaí**. 2007, 117 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul.

CONCEIÇÃO, José da Conceição. As fábricas do ABC no olho do furacão: **a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90**. 2001, 146 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul.

_____. **Quando o apito da Fábrica silencia**. 1 ed. São Paulo: ABCD maior, 2008.

DANIEL, C. A. Uma Experiência de Desenvolvimento Econômico Local: a Câmara Regional do Grande ABC. DOC. Dezembro/1999, Santo André.

_____.; SOMEKH, Nádia. Gestão Compartilhada, Limites e possibilidades: a experiência do Grande ABC. In: Consorcio: **uma forma de cooperação intermunicipal**. São Paulo: Fundação Faria Lima/Cepam, 2001.

DINIZAR F. Becker; WITTMANN L. Milton (org.). Desenvolvimento Regional: **Abordagens Interdisciplinares**. Rio Grande do Sul: Edunisc, p. 162, 2008.

DOWBOR, L. A Reprodução Social: **propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FARAH, M.F.S. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, M. F. *et al.* **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP/Anpur, 2003.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 de. São Paulo: Atlas, 2002.**

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. A cidade-região: **regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, cap 5 e 7, 2001.

_____. SANTOS, E. R. Caderno de Pesquisa Pós-Graduação IMES – Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista: **Uma perspectiva Brasileira de Governança Metropolitana**. Nº 11, 2004.

KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: **entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÉPORE, W.C; KLINK J; BRESCIANI, L. P. Câmara Regional do Grande ABC – **produção e reprodução do capital social na Região do Grande ABC Paulista**. E e G. Economia e Gestão, v, p 1-18, 2006.

LOBATO, C. R. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOCKE, R. M. **Revista Econômica**, v. 3, n 2, p. 253-281. dez. 2001, impressa em 2003.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: **uma orientação aplicada**. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTEO, M.; TAPIA, J. **A reestruturação da indústria paulista e o ABC**. Cadernos de Pesquisa Cebrap n.8 (Economia regional e negociações coletivas no ABC Paulista), mar. 2003.

OLIVA, Aloísio M. (coord.); RAINHO, Luis Flávio (coord.). **Imagens de Luta: 1905-1985**. São Bernardo do Campo: Sind. Trab. Ind. Met.Mat. Eletr. São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

POCHMANN, Marcio. **Qual Desenvolvimento? Oportunidades e Dificuldades do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Publisher.2009.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: **a experiência da Itália Moderna**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2005.

REIS, R. C. **Alternativa Política no Contexto Federativo**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008

REZENDE, Fernando. Compensações Financeiras e desequilíbrios fiscais na Federação Brasileira. In: HOFMEISTER W; CARNEIRO, J.M. Brasiliense (Orgs). **Federalismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Conrad Adenaguena, 2001.

REZENDE, Vera. **Planejamento Urbano e Ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SACOMANO NETO, Mario; TRUZZI, Osvaldo Mario Serra. Sociologia Econômica e Governança: **Visão Sociológica da Ação nos Mercados**. Disponível em: <http://www.dep.ufscar.br/grupos/neseft/st/anais_st/eixoI/Mario_Sacomano.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2009.

SACHS, I. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Estudos Avançados, vol.9, n.25 São Paulo, Set./Dez. 1995.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Wanderlei dos. **Antecedentes históricos do ABC paulista: 1550-1892**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SERRANO, Maria Rita. **O Desenvolvimento Socioeconômico de Rio Grande da Serra**. São Paulo: Publisher, 2007.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

TUCCI, Carlos E. M, PORTO, Rubem LA Laina, BARROS, Mario T. De. **Drenagem Urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.

VIEIRA, V. A. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing**. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002.

WILSON, Robert H. *et al.* **Understanding Local Governance: an international perspective**. Era – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 2, p.51-53, 2000.

Jornais

BREVE, Hercília. **Rio Grande cobiça área de 70 km de Santo André**. Santo André, Diário do Grande Abc, 9 abr. 1991.

CHIMANOVITCH, Mario. **Rio Grande da Serra procura dinheiro em novos limites**. São Paulo, Folha de São Paulo, 28 mar. 1982.

Textos e Publicações especiais

MEDICI, Ademir. **Subsídios Históricos, cronologia do ABC**. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA, s/d.

SAAR, Leonor Gisela. **História de Rio Grande da Serra** (não publicado). S/d.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **“Uma nova política de mananciais”**. In: lei estadual nº 9.866/97.

SOLVAY do Brasil S/A. **Sua origem, sua História**. São Paulo: Solvay do Brasil, 1991.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A Ferrovia “The São Paulo Railway”**. In: Cadernos UniABC, 2002.

Sites da Internet:

www.mananciais.com.br

www.consorcio.abc.org.br

www.riograndedaserra.sp.gov.br

www.ibge.gov.br

www.santoandre.sp.gov.br

www.agenciagabc.com.br

www.seade.gov.br

www.firjan.org.br

www.saude.gov.br

ANEXOS

Anexo 1. Fotos da década de 1970 de Rio Grande, cedidas por Gisela Saar.





*Estação Ferroviária da E.F.S.J.
Rio Grande da Serra*



Vista parcial de Vila Lopes. - R. G. da Serra.





*Igreja de São Sebastião, - Rio Grande da Serra
Construída por volta do ano de 1610.*

Anexo 2. Fotos do bairro Pedreira de Rio Grande, cedidas Pela Associação Cidadania e Vida.





Anexo 3 – Primeira publicação sobre a formação do município de Rio Grande da Serra.
Escrito pela autora da dissertação e publicado em 2007.

